

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

INSTITUTO DE GEOGRAFIA

JOSYANE COSTA GONÇALVES

**MAPEANDO O PLANO DE FUTURO DE MINAS GERAIS: Uma análise dos planejamentos públicos de Minas Gerais e do documento norteador do ensino de Geografia como pilar estratégico para superar seus principais desafios**

UBERLÂNDIA

2023

JOSYANE COSTA GONÇALVES

**MAPEANDO O PLANO DE FUTURO DE MINAS GERAIS: Uma análise dos planejamentos públicos de Minas Gerais e do documento norteador do ensino de Geografia como pilar estratégico para superar seus principais desafios**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de licenciatura em Geografia.

Orientador: Túlio Barbosa

UBERLÂNDIA

2023

JOSYANE COSTA GONÇALVES

**MAPEANDO O PLANO DE FUTURO DE MINAS GERAIS: Uma análise dos planejamentos públicos de Minas Gerais e do documento norteador do ensino de Geografia como pilar estratégico para superar seus principais desafios**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de licenciatura em Geografia.

Orientador: Túlio Barbosa

Uberlândia, 27 de novembro de 2023

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Túlio Barbosa (UFU)

---

Profa. Dra. Amanda Regina Gonçalves (UFU)

---

Ms. Rubens Humberto Costa Teixeira (UFU)

Dedico aos meus pais, que me ensinaram que o mundo é meu.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço em primeiro lugar a Deus, por ter me capacitado a chegar até aqui, em mais uma conquista. Sem a permissão dele, não chegaria a lugar nenhum, e mesmo assim tenho alcançado o que nunca imaginei. Então, em primeiro lugar, a Glória é a Ele.

Agradeço também a minha mãe, Terezinha dos Santos Costa, que sempre lutou para que eu pudesse conquistar, por meio da educação, um futuro que tem se tornado realidade, graças ao seu esforço e dedicação, sem nunca pensar duas vezes, ou medir esforços por mim. Agradeço ao meu pai, José Expedito Gonçalves de Souza, que me deu forças, incentivo, e apoio, para que eu pudesse acreditar em mim e no que eu poderia conquistar.

Agradeço ao meu professor e orientador, Dr. Tulio Barbosa, que desde a graduação nas disciplinas por lecionadas, até a sua atuação enquanto tutor do Programa de Educação Tutorial (PET) Geografia – UFU, que mesmo durante a pandemia da COVID-19, com atividades remotas sempre se colocou a disposição a auxiliar no que eu precisasse, contribuindo como ser humano e como profissional. Com ensinamentos de vida e de profissão. Eu agradeço também ao PET Geografia – UFU que me propiciou experiências que nunca esquecerei, que me fizeram crescer como futura professora e como pesquisadora.

Aos professores do Instituto de Geografia, que em cada disciplina demonstraram a magnitude da Geografia, e o quanto por meio deste conhecimento temos a capacidade de transformar a realidade do mundo. Ao professor Dr. Mirlei Fachini Vicente Pereira, que me orientou na Iniciação Científica, me apresentando a pesquisa e as suas possibilidades, e a professora Dra. Amanda Regina Gonçalves, que durante a disciplina de PROINTER demonstrou um profissionalismo incansável em tornar, nós, estudantes da disciplina, agentes ativos para colocar em prática o Ensino, a Pesquisa e a Extensão.

Aos meus colegas, e amigos que ganhei durante a minha trajetória acadêmica, em especial ao Fábio e Júlia Freitas, que foram parceiros durante toda graduação, apoiando e motivando quando necessário. A Stefany do Nascimento Mamede, Lavínia Gonçalves Santos, Nayane Cunha Santos que foram amigos que me ajudaram em todos os momentos que precisei, e estiveram comigo nesta árdua e prazerosa caminhada. Além de todos os que, mesmo sem citar nomes, contribuíram para que eu pudesse chegar até aqui.

Em tudo daí graças, porque esta é a vontade de Deus em Cristo Jesus para convosco. 1 Tessalonicenses 5:18

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar três documentos que regem o planejamento do estado de Minas Gerais: O Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI), Plano Estadual de Educação (PEE) e o Mapa Estratégico. A metodologia utilizada é de pesquisa documental e bibliográfica, caracterizada como descritiva. No primeiro estágio, buscou-se compreender a relação da Geografia com os planejamentos públicos e a relação dos planejamentos com a sociedade, e como essas acabam afetando a educação brasileira, ressaltando o seu histórico e como o Estado sempre guiou os principais marcos educacionais. Posteriormente, foram analisados os principais termos presentes em cada um dos planejamentos. Compreender o foco de cada um se mostrou importante para compreender a sincronia entre os instrumentos de planejamento do estado, já que, eles devem estar consonância para que as ações do estado sejam desenvolvidas a objetivos finais alcançados. Assim foi possível entender os principais focos de atuação do estado de Minas Gerais, e como a Geografia e o professor podem auxiliar, a partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), na promoção do desenvolvimento proposto nos planejamentos. Ou seja, cumprindo as suas metas e diretrizes estratégicas propostas. A partir disso, compreendeu-se que apesar da dificuldade na elaboração dos instrumentos públicos, ao levar em conta os indicadores propostos, os planejamentos públicos foram dispostos em consonância uns com os outros, a partir da sua funcionalidade. Além disso, foi demonstrado que os conhecimentos geográficos e a disciplina escolar Geografia podem ser utilizados como um pilar para a construção do desenvolvimento, entretanto, é o estado que poderá dar subsídios necessários para que a atuação do professor, do ensino de Geografia e dos planejamentos tenham a sua função efetivada.

Palavras-chave: Planejamento Público; Minas Gerais; Ensino; Geografia; Educação.

## **ABSTRACT**

The present work aims to analyze three documents that govern the planning of the state of Minas Gerais: The Minas Gerais Integrated Development Plan (PMDI), State Education Plan (PEE) and the Strategic Map. The methodology used is documentary and bibliographical research, characterized as descriptive. In the first stage, we sought to understand the relationship between Geography and public planning and the relationship between planning and society, and how these end up affecting Brazilian education, highlighting its history and how the State has always guided the main educational milestones. Subsequently, the main terms present in each of the plans were analyzed. Understanding the focus of each one proved to be important to understand the synchrony between the state's planning instruments, as they must be in line so that the state's actions are developed to achieve final objectives. This made it possible to understand the main focuses of action in the state of Minas Gerais, and how Geography and the teacher can help, based on the National Common Curricular Base (BNCC), in promoting the development proposed in the plans. In other words, fulfilling your proposed goals and strategic guidelines. From this, it was understood that despite the difficulty in preparing public instruments, when taking into account the proposed indicators, public plans were arranged in line with each other, based on their functionality. Furthermore, it was demonstrated that geographic knowledge and the school subject Geography can be used as a pillar for the construction of development, however, it is the state that can provide the necessary subsidies so that the teacher's performance, Geography teaching and planning have their function carried out.

**Keywords:** Public Planning; Minas Gerais; Teaching; Geography; Education.

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

**FIGURA 1.** Nuvem de Palavras dos principais termos presentes nas diretrizes estratégicas do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI), de 2019 a 2030

**FIGURA 2.** Nuvem de Palavras dos principais termos presentes nos objetivos estratégicos do Plano Estadual de Educação de Minas Gerais (PEE-MG), de 2019-a 2027

**Figura 3.** Nuvem de Palavras dos principais termos presentes nos objetivos estratégicos do Mapa Estratégico de Minas Gerais (2023)

## **LISTA DE TABELAS**

**TABELA 1.** Modelos históricos da administração pública brasileira

**TABELA 2.** As dezoito metas do Plano Estadual de Educação (2019-2027) e o seu status de atividade

**TABELA 3.** Eixos de Gestão e distribuição dos Projetos Prioritários do Mapa Estratégico de Minas Gerais (2023)

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CNE	Conselho Nacional de Educação
DASP	Departamento de Administração do Serviço Público
EJA	Educação de Jovens e Adultos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei de Orçamento Anual
MARE	Ministério de Administração e Reforma do Estado
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
PAEG	Plano de Ação Econômica do Governo
PDMI	Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado
PEE	Plano Estadual de Educação
PIB	Produto Interno Bruto
PIE	Plano de Integridade da Educação
PMDT	Programa Mineiro de Desenvolvimento Territorial
PNE	Plano Nacional de Educação
PPAG	Plano Plurianual de Ação Governamental
PPP	Projeto Político Pedagógico
SEE MG	Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais
SREs	Superintendências Regionais de Ensino

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2. O PLANEJAMENTO PÚBLICO E SUA RELAÇÃO COM O ESPAÇO, A REGIÃO E O TERRITÓRIO.....</b>	<b>12</b>
2.1 A Região como categoria de organização espacial para o planejamento público.....	16
2.2 Região e Território: A regionalização do estado de Minas Gerais.....	18
<b>3. HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.....</b>	<b>21</b>
<b>4. A EDUCAÇÃO NAS DIFERENTES ÊNFASES NOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO ESTADUAL DE MINAS GERAIS.....</b>	<b>34</b>
4.1. Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PDMI).....	35
4.2. Plano Estadual de Educação (PEE) de 2019 a 2027.....	40
4.3. Mapa Estratégico da Secretária Estadual de Educação de Minas Gerais.....	44
4.4 Síntese dos planejamentos públicos para a educação mineira.....	46
4.5 Ensino de Geografia como componente-chave para a promoção do planejamento do estado e o papel docente.....	49
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>54</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>56</b>

## INTRODUÇÃO

O sistema de educação brasileiro é guiado, historicamente, por fatores políticos e econômicos que foram, e são, guiados por uma classe dominante elitizada. O abandono das necessidades básicas da população, que desde a colonização do país, escancaram as desigualdades sociais aqui estruturadas, tornam a educação – que é garantida por lei – apenas mais um direito oferecido de forma insuficiente e desigual, fruto de um sistema que não tem capacidade de suprir as demandas primordiais da sociedade brasileira, em especial das classes menos favorecidas.

A democracia diverge diretamente com a realidade que compõe a dinâmica dos direitos dos brasileiros. É através da democracia que deveria haver o movimento propício aos cidadãos para garantir a possibilidade de exercer sua presença nas escolhas, na tomada de decisões, no desenvolvimento de ações governamentais e no beneficiamento das políticas públicas empenhadas pelo Estado. A discrepância entre o que deveria ser feito, e do que realmente é feito, escancara uma idealização de uma “democracia brasileira” que mira a utopia quando analisada a fundo o significado real da expressão.

Assim, para que as ações do Estado correspondam fundamentalmente ao suprimento da demanda do povo, mecanismos são criados para facilitar o direcionamento das atividades estatais em forma de legislações, planejamentos e políticas públicas que guiam o governo e que, para tal, administração pública utiliza de métodos como indicadores, informações e dados dos mais diversos eixos da sociedade, que subsidiam a estruturação de planejamentos governamentais.

A utilização destes mecanismos estatais na educação, pode ser decisivo para desvincular a sociedade da perpetuação dos interesses elitistas, ao utilizar o ambiente escolar, o processo de ensino-aprendizagem, a educação, como ferramentas de reprodução de um pensamento crítico, da individualidade, de transformação, fugindo então da repetição das intenções que estão inerentes aos dominantes.

Freire e Shor (1993, p. 29) argumentam que “a tarefa reprodutiva da ideologia dominante leva a obscurecer a realidade, a evitar que as pessoas adquiram uma percepção crítica, que “leiam” sua própria realidade de forma crítica”, assim o desenvolvimento de ações aplicadas a educação, a formação docente e principalmente a um sistema educativo que induza

a reflexão para que haja transformação da sociedade são de suma importância para interromper o ciclo de perpetuação da cultura dominante. Isso implica à uma educação que guie o aluno a reflexão, libertação, criticidade e contra um sistema imperante.

A educação como ferramenta de transformação social, apesar de ser uma fácil conclusão quando analisada a conjuntura da sociedade brasileira, é limitada por fatores estruturantes, que na maioria das vezes inviabiliza este movimento. Se o ato de desenvolver uma educação libertadora (Freire, 1967) é um dos principais pontos de partida para transformação social, o que impede a sociedade de avançar? O próprio sistema é responsável por tal.

A educação brasileira, que aqui será analisada, é contida pelos mesmos dispositivos estatais que deveriam ser utilizados para o avanço da sociedade. As legislações, os planejamentos governamentais e os marcos regulatórios voltados ao sistema educativo brasileiro corroboram no cerceamento do ensino. Para impedir isso a análise apurada das ações governamentais, dos procedimentos utilizados e dos mecanismos que guiam o Estado, são possibilidades úteis para que o resultado administrativo seja suficientemente válido às demandas expressas pela sociedade.

Por meio desta pesquisa, objetiva-se analisar documentos que regem os planejamentos governamentais voltados à educação, compreendendo então as ações do Estado em prol da educação brasileira, com enfoque na administração pública do estado de Minas Gerais, particularizando, especialmente, o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PDMI) de 2019 a 2030, Plano Estadual de Educação (PEE) de 2019 a 2027, e o Mapa Estratégico da Secretária Estadual de Educação de Minas Gerais (SEE-MG). Após traçar o perfil dos instrumentos de planejamento estatais para a educação mineira, será possível indicar os principais objetivos comuns.

Isto posto e identificado através dessa análise, serão indicados os pontos em que o ensino de Geografia pode contribuir para o alcance dessas metas, objetivos e diretrizes estratégicas dos planejamentos públicos de Minas Gerais. Serão analisados, desta forma, o Currículo de Referência de Minas Gerais, que tem como alicerce a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e as possibilidades de através do ensino geográfico fomentar o desenvolvimento regional, bem como, o papel do professor de Geografia, e como a sua formação docente pode impulsionar o desenvolvimento de métodos administrativos

governamentais que impulsionem a educação, e conseqüentemente, propicie em avanços para o estado.

Quanto à abordagem utilizada neste trabalho foi a de uma pesquisa descritiva e documental Segundo Cervo e Bervian (2007, p. 61) ela busca “descobrir, com a maior precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e suas características”. Como técnica de coleta de dados, foi utilizada a pesquisa bibliográfica e documental com o levantamento de referências teórica e conceituais por meio de livros e artigos, além documentais, tomando como base informações governamentais, tabelas, relatórios e documentos oficiais (Fonseca, 2002).

O principal documento utilizado como base desta pesquisa é o PMD que está atualmente em vigor, estipulado dentro do prazo de 11 anos, sendo de 2019 ao ano de 2030 com o objetivo de manter o ciclo prolongado de diretrizes sociais, econômicas e sustentáveis ao estado, já que ele fundamenta os outros instrumentos de planejamento do estado de Minas Gerais.

Além do PMDI, também foi utilizado durante a execução da pesquisa informações e dados contidos nos documentos anteriormente citados: PEE e o Mapa Estratégico de Minas Gerais, além de informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para estabelecer a relação as ações, objetivos e metas previstas e desenvolvidas pelo estado, além do Currículo de Referência de Minas Gerais e a BNCC, que nortearão a análise do ensino geográfico vinculado ao fomento do planejamento estratégico.

## **2. O PLANEJAMENTO PÚBLICO E SUA RELAÇÃO COM O ESPAÇO, A REGIÃO E O TERRITÓRIO**

Nesta parte do trabalho buscamos evidenciar como as relações de formação científica empreendem possibilidades na construção da administração pública para a fundamentação da educação também como realidade administrativa. A educação, na qual buscamos consolidar uma visão crítica, parte, necessariamente, da gestão e da administração como componentes que unificam as demandas pedagógicas, científicas, sociais e políticas.

Esse capítulo consolida uma relação urgente entre as concepções científicas e pedagógicas com as necessidades da administração pública para pensar as diferentes escalas, desta forma, não apresentamos as categorias geográficas mais detalhadas, visto que as mesmas podem ser estruturadas para dimensionar o planejamento. As categorias científicas são trabalhadas pela gestão em suas muitas escalas de atuação.

A construção da sociedade e do poder político são resultados das relações com o espaço geográfico, que constituíram a relação atual do sistema-mundo, seja economicamente, socialmente ou politicamente. A administração pública é um resultado fomentado pelos contextos sistêmicos em que está inserida. As ações desenvolvidas pela administração pública têm um objetivo principal propiciar a sociedade resultados benéficos para um todo. Todavia, o Estado historicamente é afetado pelos seus interesses, seja estruturalmente – guiando todo sistema –, seja através da influência temporária, por meio de mandatos políticos, em prazos estipulados pela detenção do poder público no comando as suas ações.

O que se observa ao longo de toda trajetória histórica de Estados no mundo é um processo de relações cujo foco é a manifestação dos anseios individuais, que influenciem para que sejam cumpridos apenas a demanda de determinados grupos através da tomada de decisões e da realização dos seus atos, suprimindo o interesse coletivo e os princípios que regem a administração pública.

Ao longo da história observa-se o quanto o poder pode refletir em malefícios quando usado de forma negligente. A sociedade, disposta a isso, se organiza na heterogeneidade do espaço, descrito por Santos (2002) como uma acumulação desigual do tempo. Isso reflete na capacidade do Estado de desenvolver suas atividades e servir os diversos eixos demandados pela sociedade.

A utilização dos recursos públicos, naturais e financeiros e sua má distribuição no espaço geográfico, com a destinação e inadequada, concentração desigual dos recursos e serviços, utilização da infraestrutura desenvolvida pelo poder público, a corrupção, a falta de transparência e o planejamento inadequado, criam as discrepâncias no espaço geográfico, induzindo ao poder político a formação de territórios que usam da máquina pública para manutenção do poder.

A administração pública buscou a evolução para diminuição das suas discrepâncias, dificuldades práticas e problemáticas sociais. No decorrer da história governamental brasileira, diferentes configurações de modelos de gestão pública foram desenvolvidas, buscando minimizar os fatores que mais prejudicaram a sistemática social e política. Os principais modelos encontrados ao longo da história pública brasileira foram os modelos patrimonialista, burocrático e gerencial que se deslocaram (e ainda deslocam, e por vezes se interseccionam) em ações características da burocratização, descentralização e da modernização das ações políticas gerenciais (Klering; Porsse; Guadagnin, 2010).

Para compreender a evolução da administração pública no Brasil, faz-se necessário um breve histórico levando em consideração o modelo patrimonialista, modelo burocrático e o modelo gerencial. Após a independência do Brasil, deu início ao Império onde prevaleceu a administração patrimonialista. Nesse modelo os interesses da coletividade eram desconsiderados e não havia distinção entre os bens públicos e os bens privados. Tal cenário deu lugar à corrupção, ao nepotismo e a apropriação dos bens públicos para fins particulares desencadeando na concentração de renda, na miséria social e na subserviência do cidadão. (Marques, 2008, p.34; Hollanda, 1997).

Em 1889 ocorre a proclamação da república no Brasil, porém permanecem as disparidades sociais, o nepotismo e clientelismos advindos do modelo anterior (Magalhães, 2001). Mais tarde, já na década de 1930, o governo Vargas resolve profissionalizar a administração pública em decorrência do Estado patrimonialista, das mazelas da administração pública brasileira e da crise econômica mundial de 1929. Foi a primeira tentativa de reformar a administração pública ficando conhecida como Reforma Burocrática. Nesse período houve a criação do Departamento de Administração do Serviço Público (DASP), o qual buscou a estruturação básica do aparelho administrativo instituindo o concurso público, as regras para admissão e treinamentos dos servidores estando o mesmo previsto pela

Constituição de 1937. Momento em que se observaram conquistas sociais como as leis trabalhistas, o voto secreto e o direito de voto para as mulheres (Capobianco *et al.*, 2010).

Outro momento significativo ocorreu durante o Golpe Militar de 1964 e a posterior publicação do Decreto-Lei nº 200 de 1967. O Decreto marcou a implementação da segunda reforma administrativa e fez a diferenciação entre a Administração direta e indireta, além de fixar princípios para o funcionamento da Administração Pública, destacando entre eles o planejamento, coordenação, descentralização, delegação de competências e controle posterior (Capobianco *et al.*, 2010). A Constituição de 1988 criou condições para uma ampla reforma administrativa e por isso pode ser considerada uma reforma administrativa (Gaetani, 2005).

Segundo Costa (2008), as reformas de 1936 e 1967 foram desencadeadas durante ditadura política, sendo este um dos motivos do seu fracasso. Não havia participação da sociedade e o Estado continuava com práticas patrimonialistas. Diz ainda que na década de 1970 a sociedade tenta se mobilizar para efetivar uma reforma e legitimar a participação popular na implementação das políticas públicas, porém, não foi o suficiente. Em 1995, no governo Fernando Henrique Cardoso, a reforma do aparelho de Estado assumiu a função de desenvolver novas visões e metas para o Estado, sendo permitidas também condições favoráveis para o desenvolvimento do mercado econômico.

A reforma administrativa da década de 1990 foi executada pelo Ministério de Administração e Reforma do Estado (MARE), em consequência a crise do Estado. Os principais aspectos apontados foram a crise fiscal devida à perda de crédito por parte do Estado associada a poupança pública negativa; o esgotamento da estratégia estatizante de intervenção do Estado, a estratégia de substituição de importações no terceiro mundo e o estadismo nos países comunistas; e a superação da administração pública burocrática (Mare, 1995, p. 15).

Assim, a reforma administrativa do governo federal introduziu no governo alguns dos parâmetros do setor privado como a lógica de resultados, fortaleceu as carreiras estratégicas e gerenciais, encorajou a descentralização e delegação, revisou os princípios hierárquicos do funcionalismo público, implementou privatizações (Gaetani, 2005). A reforma administrativa institucionalizada a partir de 1995 no Brasil permitiu uma alteração na administração pública dos demais entes da Federação. Em Minas Gerais o planejamento estratégico e a gestão pública por resultados são relevantes no processo de implementação da reforma administrativa e da estratégia política.

**Tabela 1. Modelos históricos da administração pública brasileira**

<b>MODELO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA</b>	<b>VERTENTE</b>	<b>AÇÕES PÚBLICAS GUIADAS POR</b>	<b>CARACTERÍSTICAS</b>
Patrimonialista	Clientelista	Ações relacionadas à troca de favores; Interesse privado como norteador das ações estatais.	Nepotismo; Corrupção; Autoritarismo;
Burocrática	Procedimental-Formal	Rigor nos procedimentos legais, guiadas por sistemas sociais racionais, normas para subsidiar a ação da administração pública.	Formalismo; Impessoalidade; Combate a corrupção e nepotismo; Hierarquia funcional; Divisão horizontal do trabalho.
Gerencial	Resultados e satisfação do cidadão	Planejamento como guia das ações do estado para busca por resultados para o interesse público;	Eficiência, eficácia e efetividade; modernização das atividades estatais; administração pública descentralizada; Responsabilidade ( <i>accountability</i> ); participação social (capital social); transparência; impessoalidade; liderança.

Fonte: Campelo (2013). Elaborado pela autora (2023).

A organização sistêmica da gestão pública implementou metodologias e ferramentas voltadas para a incorporação de medidas que se desenvolvam as atividades estatais independentemente dos governos – aqui específicos, os mandatos políticos – para que sejam supridas as demandas expressas pela sociedade. A construção e introdução de planejamentos estratégicos são utilizadas pelo setor público vislumbrando um plano de ações dentro de um prazo estipulado, com o objetivo de alcançar metas, objetivos e diretrizes a serem atingidas, usando como base um levantamento prévio de informações que baseiem a relação com o objeto por ele selecionado (Fleury, 2005).

Assim, um planejamento é estruturado a partir da utilização de recursos metodológicos de pesquisas e levantamento de dados que disponibilizam informações, indicadores e dados que são pertinentes ao alvo da ação governamental, sendo os subsídios que amparam o desenvolvimento das atividades para que parâmetros sejam atingidos.

## **2.1 A região como categoria de organização espacial para o planejamento público**

A base de um planejamento, entretanto, vai além do levantamento de informações, formulação de propostas e definição de prazos. Nisto, a Geografia corrobora com a discussão das categorias geográficas que trabalham para além do espaço propriamente dito, para que assim haja a interpretação do que há, do que ocorre, como resulta e como as ações podem impactar a realidade. Para tal, o conceito de “região”, com as mais diversas conceituações e concepções, pode ser utilizado.

Segundo Lecioni (2009) a região pode ser relacionada diretamente como uma parcela de um todo, compreendendo assim uma ideia de divisão de partes, mas que, ao mesmo tempo, cada uma destas partes possuem uma concepção dialética da totalidade, e que esta totalidade se mantém aberta e guiada por seu movimento e dinamicidade próprios. Outra vertente de análise importante do conceito de região é a que possibilita a compreender a categoria a partir da afinidade de características entre as diferentes partes do espaço, podendo ser elas físicas, sociais, demográficas e culturais (Amorim Filho, 2006).

Pensar esta porção espacial como região, observando um conjunto de fatores comuns, viabiliza a ideia de Lacoste (1989), que trata a região como uma evidencia, e não como um resultado de uma escolha sobre o que analisar nesta parcela espacial já que nela já estão postas as suas particularidades, que as diferencia dos territórios que estão ao seu redor.

A região assim analisada possibilita a utilização de escalas espaciais com particularidades que a administração pública pode utilizar como construção das suas atividades estatais. Esta necessidade se concretiza dada a dificuldade de centralização do poder, e conseqüentemente de exercer o planejamento em um território. Entretanto, uma dificuldade encontrada é que isso seja desenvolvimento sem que haja um engendramento característico de uma categorização espacial estática de uma região.

Isto posto, Lacoste (1989) expõe que a Geografia deve analisar a região não como algo imutável, e sim, considerar a região como uma construção política espacial, em vez de vê-la como algo eterno, determinado pela geologia, história ou por conjuntos espaciais de diferentes naturezas.

Enquanto seria politicamente mais sadio e mais eficaz considerar a região como uma forma espacial de organização política (etimologicamente, região vem de regere, isto é, dominar, reger), os geógrafos acreditam na ideia de que a região é um dado quase

eterno, produto da geologia e da história. Os geógrafos, de algum modo, acabaram por naturalizar a ideia de região: não falam eles de regiões calcárias, de regiões graníticas, de regiões frias, de regiões florestais? Eles utilizam a noção de região, que é fundamentalmente política, para designar todas as espécies de conjuntos espaciais, quer sejam topográficos, geológicos, climáticos, botânicos, demográficos, econômicos ou culturais (Lacoste, 1989, p. 65-66).

As diferentes perspectivas do conceito geográfico de região constroem uma visão crítica para que o planejamento público seja executado com efetividade ao pensar a região como uma porção do espaço com características comuns, de certo modo homogêneas, mas heterogêneas quando comparada ao território adjacente, como parte do total, mas exprimindo a sua totalidade. Como construção política, e resultado das suas dinâmicas econômicas, culturais e sociais. Desta forma, as decisões tomadas para que o planejamento seja implementado não devem ser baseadas apenas em características intrínsecas, mas, levando em consideração todo um contexto construtivo, dinâmico, moldável e particular nesta área.

Assim, a construção de uma regionalização que seja pertinente a realidade é de suma importância para que sejam reconhecidas as dimensões físicas, políticas, econômicas, sociais, para que a administração pública viabilize de forma coerente a distribuição de poder, políticas, recursos, agentes e dispositivos de reconhecimento dos indicadores corretos para cada região, dados seus agentes e as relações contidas no espaço geográfico, sendo possível a identificação dos limites geográficos, mas também a interdependência entre as diferentes regiões, tornando o planejamento regional integrado e eficaz a necessidade expressa pela sociedade.

Deste modo, distinguimos o processo de regionalização da categoria região, pois o primeiro é a atuação do processo constituído pela categoria, em outras palavras, a regionalização é o resultado das múltiplas relações que compõem diretamente a região. Assim, a região é a forma que pode ser compreendida pelo movimento do conteúdo: a regionalização. Neste sentido, a regionalização elenca a dinâmica da região pelo processo de evidência das relações políticas, econômicas e culturais.

## **2.2. A regionalização do estado de Minas Gerais**

O estabelecimento de um estudo que envolva a temática do desenvolvimento de planejamentos na administração pública se posiciona diretamente aos conceitos de regionalização e território. Essa relação é atribuída, pois a administração pública com modelo de ações descentralizadas reproduz o planejamento regional, influenciando também o poder, organização e domínio territorial.

A base estrutural do pensamento do planejamento parte da primícia conceitual da delimitação regional, onde ela, segundo Toni e Klarmann (2002, p. 520) “(...) aponta quase invariavelmente para três tipos de critérios que estruturam o conceito de regionalização: a polarização; a homogeneidade; e o planejamento”, assim os autores, os conceitos se caracterizam como região homogênea, região polarizada e região de planejamento. Segundo Toni e Klarmann (2002) a região homogênea é aquela que toma como base um conjunto de características semelhantes e especificadas em um agregado territorial:

Os padrões de comparação e de agregação podem estar baseados na estrutura produtiva existente, em fatores geográficos, na dinâmica do consumo interno ou na ocorrência de recursos naturais específicos, padrões edafo-climáticos ou topográficos. Fatores não diretamente mercantis, como regimes políticos ou culturais, também podem ser considerados (Toni; Klarmann, 2002, p. 520).

A região polarizada induz a hipótese de que o espaço é polarizado em diferentes forças estabelecidas entre unidades produtivas, centros urbanos ou espaços que agregam serviços e produção industrial, sendo previamente estabelecida uma organização espacial produtiva e funcional, mas que unem seus fluxos, os convergindo em polos, formando uma rede regional dado o alcance dos seus fluxos (Toni; Klarmann, 2002).

A região polarizada assume a hipótese da polarização espacial a partir de um campo de forças que se estabelece entre unidades produtivas, centros urbanos ou aglomerações industriais. Aqui a análise de fluxos de produção e consumo e das conexões intra e inter-regionais assume absoluta relevância porque revela a rede e a hierarquia existentes. A região é considerada heterogênea e funcionalmente estruturada, com fluxos de intensidade variada, normalmente convergindo para poucos pólos. O foco metodológico estrutura-se mais na análise e na dinâmica do modo de articulação e das tensões entre os pólos que na delimitação das fronteiras regionais (Toni; Klarmann, 2002, p. 520).

Já como uma região de planejamento, Toni e Klarmann tratam de critérios políticos-administrativos propriamente ditos, organizados a partir de um planejamento que dita a regionalização por meio da administração pública, que compreende esta regionalização como uma delimitação de um território.

A região de planejamento deriva da aplicação de critérios político-administrativos instrumentalizados na atividade de planejamento. A regionalização definida a partir desse marco representa uma intencionalidade da autoridade pública que afirma uma compreensão do território a partir das necessidades de execução de determinados serviços públicos, do exercício do poder regulatório do Estado ou, por exemplo, da focalização das políticas setoriais em determinada parte do território (Toni; Klarmann, 2002, p. 521).

A regionalização estabelece limites para a execução de atividades e do planejamento público, já que, segundo Raffestin (1993) o território é um resultado do espaço. É a partir de

uma apropriação do espaço onde um ator sintagmático (que realiza um programa) “territorializa” o espaço, e a partir desta produção ocorre uma marcação a partir da projeção do trabalho humano pelos seus limites e fronteiras das suas atividades. Nesta linha a contribuição ao conceito de território:

(...) num sentido mais restrito, o território é um nome político para o espaço de um país. em outras palavras, a existência de um país supõe em território. mas a existência de uma nação nem sempre é acompanhada da posse de um território e nem sempre supõe a existência de um estado. pode-se falar, portanto, de territorialidade sem estado, mas é praticamente impossível nos referirmos a um estado sem território (Santos; Silveira, 2008, p. 19)

A administração pública utiliza dos conceitos de espaço, região, território e regionalização para definição das suas ações, tanto como ferramenta de execução, como de análise. A regionalização como ferramenta de compartimentação espacial para desempenho da ação da gestão pública é “o meio, assegurando a melhor utilização possível do espaço, de contribuir ao desenvolvimento” (Kayser, 1971, p. 83).

A partir de 2017, o IBGE decidiu sobre mudança de regionalização de microrregiões e macrorregiões para regiões imediatas e intermediárias. A metodologia anterior utilizava a regionalização com objetivos estatísticos e administrativos, utilizando de categorias geográficas e administrativas, que por vezes, homogeneizavam regiões, e não compreendiam a realidade socioeconômica e política de cada região. Com a introdução de regiões imediatas e intermediárias, o IBGE busca abranger com maior destaque a dinâmica e as relações econômicas, sociais e políticas das diferentes regiões, municípios e centros urbanos.

As regiões imediatas são, agregados municipais, com integração e influência de um polo urbano. Por sua vez, as regiões intermediárias são agrupamento de regiões imediatas que possuem uma relação e interdependência, usando como critérios as características antes não tão exploradas: econômicas, sociais, infraestrutura, circulação de pessoas, bens, serviços, política e produção entre as regiões imediatas. A nova metodologia proposta para a regionalização, considerando as especificidades regionais, busca fornecer de forma mais efetiva informações e estatísticas que podem ser úteis para o planejamento e execução de ações e políticas públicas entre as diferentes áreas geográficas.

Tendo isto em vista, Minas Gerais, sob a ótica das diferentes formas de regionalização será aqui analisada. A metodologia que será prioridade para o desenvolvimento da análise deste trabalho, será a mais recente, entretanto, alguns dados e informações ainda poderão ser

apresentados com a apresentação de dados da metodologia anterior, dada a falta de atualizações estatísticas e documentais. Para dar início ao contexto geográfico e regional, o estado de Minas Gerais em seus mais de 300 anos de história, foi testemunho dos mais diversos modelos e avanços políticos.

Localizado na região Sudeste do país, o estado de Minas Gerais possui uma população de 19.597.330 pessoas segundo dados do último censo (IBGE, 2010), sendo que, segundo atualizações do próprio órgão até 2021, essa quantidade pode corresponder em 21.411.923 pessoas distribuídas por todo território mineiro, em 853 municípios, sendo o estado com maior número de municípios de todo Brasil, e o segundo maior estado em população.

A regionalização do estado mineiro foi modificada para uma nova proposta do IBGE duas categorias de escalas espaciais: as regiões geográficas imediatas e as regiões geográficas intermediárias, que como dito anteriormente, substituem a divisão regional que utilizava a metodologia de microrregiões e mesorregiões. O estado possui hoje 70 regiões geográficas imediatas e 13 regiões geográficas intermediárias (IBGE, 2017).

Neste sentido, para pensarmos a educação mineira é significativo conectar as relações econômicas e administrativas com os pressupostos da educação efetivada pelo governo de Minas Gerais; assim, sabemos que a educação de um Estado da Federação depende de uma estrutura nacional, com isso a compreensão dos dados estatísticos e das delimitações regionais está inserida no processo histórico. Compreender a história da educação nos leva diretamente a entender as dinâmicas regionais e sua regionalização como configuração de um espaço que se avoluma na luta dos processos de não ampliação de uma educação pública e de qualidade. O próximo ponto terá como fundamento compreender os processos históricos para alcançarmos o tempo presente.

### **3. A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

As diferenças regionais no processo de construção da educação brasileira ao longo da história dependem da estrutura política sistema que está em voga, isto é, as demandas da classe dominante que por muito tempo direcionaram os processos formativos da educação nacional. Neste sentido, é fundamental dialogarmos por meio dos processos históricos com os dispositivos estatais que dominam efetivamente a educação, com isso o processo histórico nos apresenta as continuidades e as discontinuidades dos processos organizados pelo Estado. Assim, as legislações, os planejamentos governamentais e os marcos regulatórios voltados ao sistema educativo brasileiro corroboram no cerceamento do ensino constituído historicamente.

A formação da estrutura educacional brasileira circunda os rastros históricos de uma colonização que marcou os mais diversos eixos do país. Para compreender a educação brasileira hoje é importante que haja a apresentação histórica dos marcos, contexto e das diferentes práticas educativas, entendendo o ontem, para compreender o hoje. Apresentamos uma divisão que vislumbrará: A história da educação no Brasil colonial, A educação brasileira no período monárquico, a história da educação no Brasil República, a história da educação brasileira no regime militar, e a história da educação brasileira na redemocratização, embasados, principalmente em Ribeiro (1993).

O período colonial, que pode ser datado a partir de 1500, marcou um momento crucial da história do país. Os europeus quando chegaram aqui, encontraram uma vasta diversidade de povos que habitavam o território, que resultou na exploração, desapropriação de terras, violência e epidemias, que dizimaram populações originárias por completo. Com a imposição do seu domínio, cultura e religião, buscando a dominação do território e o poder, enraizaram na história do Brasil um processo de colonização marcado pela construção do Estado com a sobreposição dos dominantes através do controle, exploração de recursos e da tentativa de resistência à opressão sofrida dos povos originários, por parte dos colonizadores (Silva; Amorim, 2017).

A busca pelo poder não se limitou à força física contra os povos indígenas. A educação foi empregada como um meio de controle pelos europeus, pensada, inclusive, como uma forma de dominação com reflexo a longo prazo na sociedade, inclusive, utilizando-se da religião para reafirmação dos seus interesses. Os jesuítas desempenharam um papel central na transmissão da cultura e do estilo medieval europeu, que se tornou um modelo a ser seguido para a

emergente sociedade brasileira. A organização social na colônia estava intrinsecamente ligada ao conteúdo cultural, e os colonizadores acreditavam que manter a população pouco instruída, mas obediente às regras estabelecidas, era suficiente para sustentar uma economia agrícola simples e rudimentar (Ribeiro, 1993).

Ainda segundo o autor, é importante ressaltar, que apesar da educação ser utilizada como instrumento de controle à população desde esse período, é possível visualizar o seu impacto refletido em questões relacionadas a sociedade atual, pois, a partir da própria estrutura da educação no período colonial, a educação é manipulada de acordo com a aplicabilidade em cada estrutura da sociedade. Assim, a educação era restrita às elites coloniais, tendo como objetivo principal a manutenção do controle colonial, ao passo que as pessoas escravizadas, por outro lado, eram sistematicamente excluídas desse processo educacional, ou eram destinadas a ele uma educação informal e prática, que se concentravam em habilidades práticas, ofícios, conhecimentos necessários para o trabalho e aqueles conhecimentos impostos sobre cultura, língua e religião europeias.

Entre 1822 e 1889, o Brasil experimentou uma nova forma de governo: a monarquia brasileira. Essa era se iniciou após a declaração de independência do Brasil e permaneceu até a proclamação da República. A monarquia brasileira introduziu um sistema político que enfrentou diversos desafios, desde a construção de uma identidade nacional e estabilidade política até a transição da forma de trabalho escravista para o trabalho livre. Durante esse período, o Brasil passou por significativas transformações sociais, econômicas e políticas, cujo impacto moldou a sociedade brasileira contemporânea (Montalvão, 2011)

A centralização do poder político nas mãos do imperador, incluindo a tomada de decisões e a administração do país, teve influência em diversos aspectos da sociedade, inclusive na educação. A estratificação social se tornou ainda mais complexa, quando comparada ao período colonial. Com a burguesia como classe reivindicadora teve um papel significativo na educação escolarizada, sendo que essa classe tinha acesso à escola da mesma forma que a aristocrata.

Durante o período em que D. João VI esteve presente no Brasil, ocorreram mudanças significativas no quadro das instituições educacionais. Foram criados centros de educação e cultura, como a Academia Real da Marinha, a Academia Real Militar, os cursos médicos e a Missão Cultural Francesa. Além disso, foram criados importantes espaços de cultura, como o

Jardim Botânico, o Museu Real, a Biblioteca Pública e a Imprensa Régia. Essas instituições foram relevantes por serem os primeiros centros de educação e cultura do Brasil, mas não deixam de revelar as intenções aristocráticas de D. João, já que o ensino primário foi negligenciado e a população em geral continuou iletrada e sem acesso aos grandes centros do saber (Ribeiro, 1993).

Durante a monarquia, ainda segundo Ribeiro, o ensino superior era valorizado, refletindo a necessidade de pessoal capacitado para preencher os quadros administrativos do país, que havia acabado de conquistar sua independência política. É importante ressaltar, entretanto, que a educação era preconizada apenas a parte da população, excluindo por exemplo, as pessoas escravizadas, onde, segundo Prado Júnior (1979), a forma de escola conhecida por eles até então, era a senzala. A criação de escolas secundárias e profissionais e a manutenção da educação vinculada ao poder do estado e da Igreja, reiteram, sobretudo, na ação do Estado, que tinha como objetivo estabelecer através da educação a unificação do território do Brasil, ainda em emergência, com a necessidade de utilizar novas formas pedagógicas como instrumentos de uniformidade social, o que auxiliou para manter, ou até aumentar, a segregação, utilizando-se do acesso à educação.

A passagem da monarquia para a República do Brasil foi impulsionada por fatores políticos, sociais e econômicos que culminaram na mudança no perfil político do país. Ao longo do século XIX, o descontentamento com o sistema monárquico sob liderança de Dom Pedro II, criticado pela centralização do poder, falta de participação popular na política, se tornaram ainda mais proeminentes. A Guerra do Paraguai e a Abolição da Escravatura em 1888 agravaram a instabilidade política, que deu força a movimentos republicanos, que vinham em oposição à monarquia para solução dos problemas.

Após a Proclamação da República e a instauração do novo regime, observaram-se mudanças significativas no país, que caminharam desde a abolição da escravatura, até a laicidade do Estado, o que tornou a educação acessível, incluindo-a posteriormente como um direito fundamental na Constituição de 1891. A República promoveu o desenvolvimento econômico e a industrialização, transformando a economia e a sociedade brasileira, criando, automaticamente, um novo cenário para a administração pública, suas demandas, seus objetivos, e conseqüentemente, novos rumos para a educação do país.

A transição enfrentou conflitos e instabilidade política, com mudanças de governo e grandes disputas por poder, que influenciaram o perfil do país em direção à democracia. Ribeiro (1993) caracterizou os primeiros anos da República, principalmente, pelas propostas educacionais para inovação do ensino.

Concretamente, houve uma certa ampliação no ensino secundário, mas ela só ocorreu no ensino particular. No ensino público houve um pequeno aumento no pessoal docente e uma diminuição nas escolas e matrículas. A elite governante, tendo conhecimento do baixo nível das escolas oficiais e desejando que seus filhos estudassem em níveis elevados, incentivava as escolas particulares. Numa sociedade agrícola onde os meios de produção eram elementares, só a elite dominante necessitava ser letrada. O governo não se interessava em ampliar a rede secundária, pois a economia não exigia nível médio. A elite, tendo o poder aquisitivo nas mãos, matriculava seus filhos nas escolas particulares, com finalidade de que atingissem o nível superior para serem os futuros administradores do país. Sendo assim, a estrutura educacional não foi alterada neste período (Ribeiro, 1993, p. 19).

Entretanto, as reformas propostas, em especial, a Reforma de Benjamin Constant, que buscava a modernização do sistema de educação com a inclusão de novas disciplinas científicas, não se desenvolveram devido à falta de infraestrutura e apoio político das elites, que apesar de apoiar aspectos da modernização, compreendiam que as ideias de “reforma” eram uma ameaça aos valores dominantes, mantendo, desta forma, em uma educação tradicional.

Do ponto de vista cultural e pedagógico, a República foi uma revolução que abortou e que, contentando-se com a mudança do regime, não teve o pensamento ou a decisão de realizar uma transformação radical no sistema de ensino para provocar uma renovação intelectual das elites culturais e políticas, necessárias às novas instituições democráticas (Azevedo, 1953, p. 134).

Com o enfraquecimento das propostas de modernização, ou a não aplicabilidade das mesmas, andou em consonância com os planos relacionados com os ideais almejados pela administração do país, que assim como em outros momentos da história da educação nacional, serviam ao estrato da sociedade dominante. Todavia, os movimentos que buscavam a instrução como forma de alcance da democracia, ganhavam destaque no decorrer do tempo, principalmente, com a insatisfação crescente de determinados grupos da sociedade.

A instrução da sociedade, a modernização e as tentativas de mudanças em busca de uma sociedade e de uma educação mais igualitária, culminou na busca pela secularização do ensino, a separação da igreja e o Estado, além de serem influenciadas pelas ideias positivistas, que tinham como instrumentos a promoção da ciência e da tecnologia.

Os ideais iluministas, desta forma, ganharam destaque na construção da República Velha, no que se trata de educação, moldurando aspectos relacionados à valorização da ciência

e a laicidade do estado, fatores esses que foram manipulados para servir os interesses da elite governante.

Para muitos iluministas, a democracia e a educação se supõem e se atraem. Apenas uma educação racional estendida a todos poderia produzir os frutos de igualdade, de justiça e de liberdade, ou seja, as virtudes democráticas por excelência. Nesse esquadro, a instrução pública deveria promover a equidade, a razão autônoma e o primado da diferença de talentos sobre a diferença de fortunas (Rossi; Rodrigues; Neves, 2009, p. 91)

A partir da década de 1920, a intensa complexidade política transforma o cenário social, econômico e atingem, diretamente, a educação brasileira. Com o declínio das oligarquias e a ascensão da industrialização, a alçada política ponderou destaque em um novo modelo nacional desenvolvimentista que culminou na burguesia sendo ressaltada na sociedade brasileira. Composta por uma elite empresarial e industrial, a sua influência política estruturou, e reestruturou a sociedade, pois, a partir de então, os interesses burgueses e suas reivindicações passaram não apenas a serem ouvidas, mas como, a partir da sua influência passaram a ocupar espaços ativos na transformação governamental.

Assim, fortalece-se a classe burguesa. Seus pensamentos e ideologia passam a ser notados, pois a política vigente prejudicava boa parte do setor industrial em crescimento, e reivindicações são forma desta classe expressar seu desejo de mudança. A queda da oligarquia e a ascensão da burguesia industrial, as revoluções, o Tenentismo, o Partido Comunista, a Semana de Arte Moderna, as linhas de pensamento filosófico dos escolanovistas e dos católicos, vão ser incorporados à educação e influenciarão toda a organização escolar neste período (Ribeiro, 1993, p. 19)

Nessa lógica, Ribeiro (1993) traz que o movimento histórico de transformação da sociedade fez surgir um novo movimento pedagógico, intitulado como Escola Nova, que vinham em contramão ao conformismo da educação, levando os educadores a manifestar-se, e com isso, demonstrar a insatisfação para com os problemas da educação brasileira. Segundo o autor, a Escola Nova defendia questões como o ensino leigo, universal, gratuito e obrigatório, além da necessidade da reorganização do sistema de educação brasileiro sem o questionamento do capitalismo dependente, além de reiterar a importância da intervenção do Estado para preconizar mudanças necessárias.

A partir de então, no desenrolar das décadas, pontualmente mudanças começaram a ganhar força, com reformas que iriam desde a mudança local na estrutura da escola primária, até na educação universitária, bem como, o surgimento de novas tendências que iriam em antagonismo com as ideologias que estavam a se desenvolver (Ribeiro, 1993).

O governo de Getúlio Vargas, que teve início a partir de 1930, até 1945, promoveu mudanças significativas no cenário político do Brasil, mas, implementou também na educação diversas transformações no que se refere não apenas intervenções do Estado, mas reformas que modificaram o sistema educacional, como o processo de centralização, com a criação do Ministério da Educação e Saúde, além da expansão da educação primária, secundária e universitária, ensino técnico e educação rural.

A legislação em vigor nas décadas de 40 e 50 preservava a antiga organização “dualista” do ensino, caracterizada pela coexistência de algo como dois sistemas paralelos de educação, um para o povo em geral e outro para as elites, o primeiro iniciado na escola primária e continuado depois nas escassas escolas profissionais de nível médio então existentes, e o segundo, igualmente iniciado na escola primária e continuado depois na escola secundária, organizada com a intenção de encaminhar sua clientela para as escolas superiores e para as posições mais privilegiadas na sociedade. (Beisiegel, 1995, p.393).

A partir de 1964, com o Golpe Militar no Brasil, a educação brasileira mais uma vez foi afetada pela administração pública vigente. Esse período teve duração entre os anos de 1964 e 1985, sob diversas transformações em todas as áreas da sociedade. O regime militar impactou profundamente o cenário educacional, moldando a educação de acordo com as necessidades do desenvolvimento econômico, mas também restringindo a autonomia e a pluralidade de pensamento.

A “Campanha em Defesa da Escola Pública” marcou grande parte do período, onde, liderada por professores e intelectuais, que buscavam a partir dos debates, uma reforma na educação, que melhorasse a situação da educação, do ensino e de todo o sistema educacional. Segundo Rossi, Rodrigues e Neves (2009), as discussões que envolviam a ampliação da oferta de escolarização e em defesa da educação pública se estenderam até a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), em 1961.

A Campanha de Defesa da Escola Pública surgiu, praticamente, da indignação provocada em quase todos os círculos da sociedade brasileira pelo projeto de lei sobre “Diretrizes e Bases da Educação Nacional”. Existiam fundadas esperanças de que esse projeto de lei iria inaugurar uma nova era na vida educacional do país, fornecendo as bases para a reorganização do ensino primário, do ensino médio e do ensino superior, bem como a solução pelo menos dos problemas educacionais mais graves que enfrentamos (Fernandes, 1960, p. 184)

Com a ascensão do governo militar, a educação, segundo Rossi, Rodrigues e Neves (2009, p. 121) “assume papel de relevo no discurso político ligado à modernização e ao desenvolvimento econômico nacional”. O Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) foi introduzido pela nova equipe econômica, delineando as diretrizes da política econômica para

os anos subsequentes. O plano concentrou-se em medidas clássicas de estabilização, tais como a redução dos gastos públicos, aumento na carga tributária, contenção do crédito e diminuição dos salários. Esse período ficou conhecido como o "milagre econômico" (1968-73), marcado por um desenvolvimento capitalista que beneficiou o capital monopolista, mas excluiu as massas populares dos direitos políticos e econômicos.

A estrutura econômica foi moldada em torno de dois eixos principais: a produção de bens duráveis para uma elite privilegiada do mercado interno e um esforço exportador que manteve a tradição de exportação de bens primários, procurando agregar manufaturados. Essas mudanças tiveram implicações significativas, fortalecendo a economia, mas ao mesmo tempo ampliando as desigualdades sociais e políticas.

Com esses anseios, a educação teve mudanças voltadas para a expansão do ensino técnico e tecnológico. Com a grande demanda social em prol da educação, a crise no sistema eclodiu. Buscando diminuir a crescente destes movimentos, o governo buscou uma série de medidas que marcaram o período. Dentre as ações do governo militar, houve a criação de instrumentos legais que aumentassem a quantidade de vagas nas séries iniciais, o controle do ensino médio e superior, a criação do salário educação para captação de recursos e financiamento da expansão do ensino primário. O que se percebe, é que a ênfase em uma visão desenvolvimentista resultou em práticas autoritárias e limitações à liberdade acadêmica (Rossi; Rodrigues; Neves, 2009, p. 121)

(...) os elementos de “restauração” e de “renovação” contidos nas reformas educacionais; a passagem da centralização das decisões e do planejamento, com base no saber da tecnocracia, aos apelos “participacionistas” das classes subalternas. 2) Estabelecimento de uma relação direta e imediata, segundo a “Teoria do capital humano”, entre educação e produção capitalista e que aparece de forma mais evidente na reforma de ensino do 2º grau, através da pretensa profissionalização. 3) Incentivo à pesquisa vinculada à acumulação de capital. 4) Descomprometimento com o financiamento da educação pública e gratuita, negando, na prática, o discurso de valorização da educação escolar e concorrendo decisivamente para a corrupção e privatização do ensino, transformando em negócio rendoso e subsidiado pelo Estado. Dessa forma, o Regime delega e incentiva a participação do setor privado na expansão do sistema educacional e desqualifica a escola pública de 1º e 2º graus, sobretudo. (Germano, 1993, p. 105-106).

A repressão presente durante todo o período de golpe marcou o ensino superior de forma veemente. Com as tentativas de calar todo movimento contrário aos militares, as universidades eram controladas por militares reitores, secretários, representantes e ministros também do eixo militar, com a tentativa de coerção aos movimentos contrários. Em 1968, a reforma universitária surgiu para regulamentar os níveis de ensino, reformando as estruturas educacionais, por um

grupo composto por responsáveis pela universidade, mas ainda assim, obedecendo os anseios coercivos.

O governo empreendeu diagnósticos que buscavam compreender as deficiências na educação, entretanto, não utilizou os dados de forma efetiva a ponto que políticas fossem criadas para abordar e solucionar os desafios encontrados, numa tentativa de governança a ser estruturada através da sua ideologia. Entre as medidas propostas a partir da reforma universitária, houve a unificação do vestibular e classificatório, normatização da graduação, organização sistêmica da trilha acadêmica a ser seguida e do currículo, carreira acadêmica, departamentalização do trabalho na graduação, criação de pós-graduação, dentre diversas outras mudanças (Catani, 1998).

A transição do regime militar para a redemocratização no Brasil ocorreu em meio a transformações significativas na base social do país. Durante as décadas de 1970 e 1980, houve um processo gradual de abertura política, impulsionado pelos movimentos sociais que ganharam força em prol da democracia. Após o golpe de 1964, as pressões sociais por manifestações e reivindicações se intensificaram, clamando pelo fim do regime autoritário, a restauração das liberdades civis e a realização de eleições diretas.

A mobilização de diversos setores da sociedade civil, como movimentos estudantis, sindicatos e parte da classe política, impulsionou ainda mais o movimento pela redemocratização. Durante o período militar, a educação foi alvo de políticas autoritárias que buscavam adequá-la aos interesses do regime, o que resultou em intervenções, restrições à autonomia acadêmica e limitações à liberdade de expressão nas instituições de ensino.

Com a abertura política, iniciada na década de 1970, a educação tornou-se um espaço crucial para a manifestação de demandas por maior participação democrática e pluralidade de ideias. Movimentos estudantis, professores e outros atores envolvidos no cenário educacional foram protagonistas na luta por uma educação mais inclusiva, crítica e alinhada aos princípios democráticos. Em especial, a partir da década de 1980, os movimentos se destacaram pela campanha “Diretas já”, acompanhadas de greves, inclusive, de professores das universidades federais, bancários, médicos e diversas outras categorias importantes para o funcionamento social (Rossi; Rodrigues; Neves, 2009)

A Constituição de 1988, promulgada durante esse período de transformação, reforçou a importância da educação como um direito fundamental, abrindo espaço para discussões sobre a gestão democrática das instituições de ensino e a promoção de uma educação mais plural, inclusiva e crítica. A redemocratização possibilitou a revisão e revogação de medidas repressivas no campo educacional, propiciando a retomada da autonomia acadêmica e o fortalecimento da liberdade de cátedra.

O contexto era de redemocratização; palavras como conciliação, negociação e democracia passaram a definir e integrar o vocabulário da população, que vivia o processo de transição, de forma “lenta, gradual e segura”, tal como insistia o poder governamental ((Rossi; Rodrigues; Neves, 2009, p. 137)

As principais questões relacionadas a educação, durante o período de transição entre o regime militar e a redemocratização, eram relacionadas as significativas lacunas deixadas para os estudantes. Segundo Rossi, Rodrigues e Neves (2009), os índices de analfabetismo eram altíssimos, pois atividades como o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) foi considerado insuficiente e inadequado, pois não consideravam a diversidade de experiências de vida dos trabalhadores.

As pré-escolas públicas não conseguiam atender adequadamente às necessidades básicas de alimentação, saúde e higiene das crianças, e o sistema era percebido como predominantemente assistencialista. No ensino fundamental, o alto número de crianças fora da escola, refletiam a realidade das classes trabalhadoras, entretanto, mesmo as regiões onde a renda familiar era mais alta, os índices ainda tinham destaque marcante. Com todas essas questões, unidas as questões sociais, econômicas, o movimento de oposição ao regime militar embargava a necessidade de inclusão e participação, com transformações no sistema de educação.

O ensino fundamental, ou, primeiro grau, enfrentava limitações no acesso e na qualidade, deixando um contingente de crianças e adolescentes fora das salas de aula, além de grandes carências em sua alfabetização, contribuindo para altos índices de analfabetismo. A gestão era caracterizada por uma estrutura hierárquica centralizada com pouca participação nas decisões educacionais. A formação do professor não tinha devida atenção, corroborando para metodologias de ensino ultrapassadas ou que não conseguiam suprimir as demandas sociais dos estudantes.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional teve papel importante para alguns destes feitos, pois a partir dela, princípios constitucionais foram introduzidos na educação brasileira.

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Art. 3º. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I -igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III -pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; IV -respeito à liberdade e apreço à tolerância; V -coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; VI -gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; VII - valorização do profissional da educação escolar; VIII -gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino; IX -garantia de padrão de qualidade; X -valorização da experiência extra-escolar; XI -vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais (LDBN, 1996)

A partir da Constituição Federal de 1988, as reformas educacionais ganharam destaque. A gestão democrática nas escolas foi incluída como uma das principais vertentes, permitindo uma maior participação da comunidade escolar nas decisões educacionais. A diversificação curricular e a valorização da formação dos professores propiciaram avanços no sistema educacional. A Educação de Jovens e Adultos (EJA) ganhou nova roupagem dadas as demandas dos alunos, como importante ferramentas no combate ao analfabetismo, suprimindo a necessidade de adultos que estavam excluídos do sistema ou que não tinham o seu perfil de estudantes serviço com a escola regular.

O Brasil, como um signatário entre aqueles com maior taxa de analfabetismo do mundo, foi incitado a desenvolver ações para impulsionar as políticas educacionais ao longo da década, não apenas na escola, mas também na família, na comunidade, nos meios de comunicação, com o monitoramento de um fórum consultivo coordenado pela Unesco. (Frigotto; Ciavatta, 2003, p. 98)

A partir da redemocratização, o cenário educacional no Brasil passou por mudanças significativas, resultando na configuração atual da educação brasileira. Os princípios fundamentais que regem o sistema educacional são a participação democrática, a qualidade do ensino e o acesso universal à educação. Essas mudanças refletem o compromisso do país em construir um sistema educacional mais inclusivo, participativo e em conformidade com os valores democráticos, que difere da estrutura original do sistema.

No entanto, é importante ressaltar que, apesar de as ações do Estado serem direcionadas pela Constituição, as políticas governamentais desde a modernização mantêm uma característica preocupante e infeliz: elas atendem às expectativas da classe dominante brasileira,

servindo ao capital em vez de atender, necessariamente, ao propósito democrático de servir a todos igualmente.

Atualmente, a educação brasileira enfrenta uma série de desafios e contrastes. Apesar dos esforços para promover a inclusão, o sistema educacional ainda se depara com profundas disparidades e obstáculos significativos. A desigualdade é uma marca persistente que influencia a trajetória educacional de inúmeros jovens. A discrepância entre escolas públicas e privadas, bem como entre regiões distintas do país, perpetua um ciclo de acesso desigual ao conhecimento. Enquanto algumas instituições desfrutam de recursos abundantes, outras carecem de infraestrutura básica, como laboratórios e bibliotecas, comprometendo a qualidade do ensino oferecido.

Nesse contexto, a valorização e a formação dos professores se tornam cruciais. Muitos profissionais enfrentam baixos salários, falta de suporte e escassas oportunidades de capacitação, o que impacta diretamente a qualidade do ensino. A qualidade da alfabetização e do aprendizado básico em disciplinas como português e matemática ainda é um desafio latente, afetando não apenas o domínio dessas matérias, mas também o desenvolvimento em outras áreas do conhecimento.

A evasão escolar e a distorção idade-série são problemas crônicos que resultam no abandono do sistema educacional por muitos estudantes ou os deixando em defasagem em relação à série correspondente à sua idade. Embora a tecnologia prometa uma revolução na educação, sua integração enfrenta barreiras, como a falta de infraestrutura tecnológica e a capacitação adequada para seu uso efetivo em sala de aula.

As políticas educacionais desempenham um papel crucial nesse contexto. A transição de políticas de governo para políticas de Estado é essencial para garantir a continuidade e eficácia das estratégias educacionais, independentemente das mudanças políticas. Políticas de Estado são fundamentais para assegurar diretrizes consistentes e de longo prazo, transcendendo os limites das gestões governamentais e mantendo um foco duradouro na educação. Para garantir uma educação de qualidade e consistente, é crucial estabelecer consenso entre diferentes atores políticos e sociais. Isso garante que as diretrizes educacionais sejam mantidas e aprimoradas, independentemente das mudanças de governo. A estabilidade e a continuidade são fundamentais para o sucesso de políticas educacionais a longo prazo. Além disso, é vital construir políticas de Estado com base em evidências e com a participação ampla da

comunidade educacional, visando atender às necessidades do país e oferecer uma educação de qualidade para todos, independentemente das oscilações políticas.

Desta forma, a educação brasileira é influenciada por políticas governamentais que refletem as ideologias e prioridades de cada administração, o que pode resultar em descontinuidade e falta de coerência nas estratégias educacionais, afetando a implementação e o sucesso de programas de longo prazo.

#### **4. A EDUCAÇÃO NAS DIFERENTES ÊNFASES NOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO ESTADUAL DE MINAS GERAIS**

O papel da educação na construção e funcionamento da sociedade é inquestionavelmente crítico e multifacetado. A educação é a base sobre a qual as nações constroem um futuro próspero e equitativo e é crucial para o desenvolvimento e implementação de políticas públicas eficazes.

A educação não é apenas o alicerce sobre a qual as nações edificam um futuro igualitário, mas é um eixo fundamental para o desenvolvimento e implementação de políticas públicas eficazes. Ela tem capacidade de afetar de maneira transversal as principais bases do planejamento público – seja na saúde, segurança pública, seguridade social, meio ambiente, dentre diversas outras alçadas visadas pelo Estado.

Para efetivamente promover a importância da educação como um eixo central na construção e funcionamento da sociedade, é imperativo contar com instrumentos de planejamento eficazes. Essas ferramentas buscam desempenhar um papel crucial na definição de metas, estratégias e ações que visam aprimorar o sistema educacional e, por consequência, impactar positivamente diversas áreas da sociedade.

Com isso em mente, serão apresentados os planejamentos e objetivos presentes no PMDI, no Plano Estadual de Educação de 2019 a 2027, e no Mapa Estratégico da Secretária Estadual de Educação de Minas Gerais, destacando tanto o que representam individualmente quanto os eixos que cada um abrange, para que posteriormente, sejam analisados sob a ótica do papel do ensino de Geografia e do professor para auxiliar no desenvolvimento e implementação do que concerne os principais pontos destes instrumentos.

Posteriormente a exposição das diretrizes, será feita a separação dos principais termos presentes nas diretrizes ou metas de cada planejamento, formando uma “nuvem de palavras”. Isso será feito para uma identificação essencial que objetiva cada um dos documentos. Assim, é possível visualizar de maneira mais clara das áreas de foco, para estabelecer uma interpretação para avaliação dos planos dos diferentes instrumentos públicos da educação, e a possível relação entre eles.

#### **4.1. Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI)**

O PMDI é um instrumento de planejamento utilizado pelo Estado de Minas Gerais para promover o desenvolvimento sócio econômico integrado e a superação das desigualdades sociais e regionais em Minas Gerais, sendo sua elaboração determinada pelo Artigo 231 da Constituição Estadual. Associado a outros instrumentos responsáveis pela organização programaticamente do Estado como a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a Lei de Orçamento Anual (LOA) e o Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG), o PMDI objetiva fixar as estratégias para a promoção do desenvolvimento econômico e social de longo prazo de Minas Gerais (PMDI, Vol. I, 2016).

As decisões antes centradas no Estado Gerencial passam a ser substituídas pelas oriundas de um Estado Planejador. Nesse sentido o planejamento prevalece sobre a gestão. A nova metodologia de elaboração do PMDI passa a incluir a participação da sociedade por meio da interação direta com a população nos Fóruns Regionais de Governo realizados em cada um dos 17 Territórios de Desenvolvimento de Minas Gerais (PMDI, Vol. I, 2016).

Segundo o documento, a reconstrução do Estado é almejada a fim de exercer a função de liderar um novo ciclo de transformações econômicas, sociais, políticas e culturais, de modo a permitir a melhoria continuada das condições de vida de todos os mineiros e a redução dos níveis de pobreza e de desigualdades sociais, mediante a coordenação, articulação, regulação e indução de iniciativas e interesses plurais da sociedade.

Segundo ainda o PMDI (2016), na década de 70, iniciativas programáticas são orientadas para superar o atraso da economia mineira em relação a outras regiões do país, culminando na constituição de um Sistema Estadual de Planejamento onde os órgãos das administrações direta e indireta, autarquias, fundos e empresas e bancos públicos são envolvidos na promoção do desenvolvimento econômico de Minas Gerais. Nesse cenário, Minas Gerais consegue recuperar sua importância no contexto brasileiro e se projetar no mercado internacional como importante exportador.

Contudo nas décadas seguintes o Estado não foi capaz de acompanhar as profundas transformações ocorridas na economia mundial. Deixou de acompanhar a revolução tecnológica, onde o conhecimento, a ciência e a tecnologia assumiram papel central na dinâmica econômica. A maior parte das indústrias mineiras também não se inseriu em uma economia do

conhecimento, típica do século XXI. Assim Minas inicia os anos 2000 com uma clara fragilidade de estrutura surgindo a necessidade de uma reestruturação industrial através da introdução da economia mineira na sociedade do conhecimento. Outro ponto considerado foi a concentração do Produto Interno Bruto (PIB) em Territórios de Desenvolvimento específicos. (PMDI, Vol. I, 2016).

Na tentativa de enfrentar tal realidade surge a necessidade de mudanças significativas através da adoção de políticas públicas capazes de coordenar um novo reordenamento para o desenvolvimento territorial de Minas Gerais. Para tanto é proposto o Programa Mineiro de Desenvolvimento Territorial (PMDT), que visa criar Planos de Desenvolvimento Territorial Integrado para todo o Estado de Minas Gerais. Percebe-se uma concepção social, e não apenas econômica, de sustentabilidade que permeia o processo de negociação e elaboração das estratégias de longo prazo que orientam as ações formuladas neste PMDI. (PMDI, Vol. III, 2016).

Explicita-se, então, que a partir desta diretriz programática, o objetivo central e norteador do PMDI é a consecução de um processo de Desenvolvimento Econômico e Social Sustentável de alcance territorial amplo, visando atenuar as desigualdades regionais persistentes em Minas Gerais por meio de estratégias que favoreçam uma distribuição espacial mais homogênea das atividades produtivas, da renda familiar, da oferta de trabalho, dos serviços e bens públicos, dos mecanismos institucionais de participação política; enfim, uma efetiva territorialização da cidadania e das oportunidades econômicas. (PMDI, Vol. III, 2016).

O atual PMDI, que envolve o planejamento de 2019 a 2030, trouxe a educação como eixo temático, trazendo um diagnóstico do seu impacto na sociedade, desde a área específica do conhecimento, caminhando para questões sociais, econômicas individualmente ou coletivamente. O PMDI (2019) traz que compreendendo a importância da educação para com a economia:

uma população mais escolarizada apresenta mais capacidade de conceber, incorporar ou utilizar novas tecnologias, aumentando a capacidade produtiva e as riquezas de determinada localidade. Ou seja, uma educação de qualidade possibilita o aumento do capital humano e a produtividade do trabalho (PMDI, 2019, p. 64).

Já de acordo com a vertente social, a educação induz a objetivos que:

têm a ver com a socialização ou a transmissão de valores importantes para a coesão social e a sustentabilidade da democracia, como valorização e respeito às diferenças,

tolerância, igualdade de tratamento, contribuindo para a formação de uma identidade nacional e de cidadania. Outra função importante da educação é promover a igualdade de oportunidades, contribuindo para a redução da desigualdade social e para o aumento da mobilidade socioeconômica (PMDI, 2019, p. 64).

A análise feita pelo PMDI (2019) traz análises relacionadas a indicadores, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que faz a métrica do desempenho do sistema educacional, combinando a proficiência dos estudantes a partir do método de avaliação da prova. De acordo com os dados trazidos, a evolução do IDEB em Minas Gerais, existe uma disparidade marcante entre os diferentes níveis de ensino, onde, os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, a tendência é positiva, enquanto os Anos Finais, possuem um indicador inferior quando comparados, com uma queda preocupante após um período de melhora entre os anos 2005 e 2023. Já no ensino médio, o desafio é ainda maior, sendo que, desde o início da série de análises o patamar do indicador se mostra estagnado em um nível insatisfatório na educação mineira.

Ainda de acordo com o texto do documento, uma das maiores preocupações para com a educação mineira, que dá direção ao planejamento, é a perda de posições no ranking do IDEB em comparação com os outros estados brasileiros. Desta forma, o eixo da educação do PMDI, visa alcançar a recuperação do protagonismo mineiro na educação nacional, buscando uma rede de ações entre Estado e Municípios. Para isso, as diretrizes trazidas no planejamento, almejam uma colaboração eficiente para otimização de recursos, capacitação e valorização dos professores e gestores, além de aprimorar o planejamento educacional, a gestão escolar.

Isso será feito a partir do fortalecimento do ensino em tempo integral e a promoção de estratégias inovadoras, incorporando a tecnologia como instrumento em sala de aula. Para tal, sem excluir a situação do estado, será necessária uma ação efetiva que não culmine na sobreposição de ações, racionalizando o gasto público, além de estabelecer uma relação com a sociedade civil, com parcerias em outros setores (PMDI, 2019).

Para isso, as “diretrizes estratégicas” que buscam ser implementadas a partir do planejamento são:

- “Fortalecer tempo integral no ensino médio, com foco nas necessidades para a vida e para o mercado de trabalho.
- Desenvolver programas de formação de professores direcionados para as necessidades dos estudantes.

- Implementar processos baseados na gestão por competências, focando na atração, seleção, avaliação e formação das lideranças de Superintendências Regionais de Ensino e escolas, observados os princípios da gestão democrática da educação, com a garantia de participação da comunidade escolar na escolha de diretores e vice-diretores de escola.
- Racionalizar o uso dos recursos disponíveis e incentivar inovações digitais, propiciando mais eficiência e qualidade dos serviços oferecidos.
- Efetivar o regime de colaboração entre Estado e municípios para a oferta da educação pública de qualidade, focando a atuação dos entes nas suas prioridades constitucionais e no aprimoramento da articulação federativa para as ações compartilhadas.
- Ampliar as oportunidades de acesso à educação básica pública a crianças, jovens e adultos, reduzindo as desigualdades regionais e promovendo a equidade e a inclusão educacional.
- Promover políticas de atenção integral ao estudante, para prevenção da evasão escolar, implementadas por meio de ações desenvolvidas em articulação com os órgãos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude e em parceria com as famílias.”

Os tópicos presentes nas diretrizes estratégicas do planejamento visam à melhoria do sistema educacional em Minas Gerais, que incluem o fortalecimento do ensino integral do ensino médio, programas de formação de professores alinhados às necessidades dos estudantes, a implementação dos processos de gestão por competências nas lideranças educacionais, racionalização de recursos, promoção da colaboração entre Estado e municípios, ampliação do acesso à educação básica e a promoção de políticas de atenção integral ao estudante para prevenção da evasão escolar.

É importante frisarmos que os diferentes investimentos, apesar da equidade, são diferenciados pelo próprio Estado, pela estrutura de investimentos e pelos objetivos do Estado a partir de cada região, isto é, os investimentos não são iguais e essa diferença garante a predominância de melhores “regiões” e com isso afastam a possibilidade de um desenvolvimento igual. Embora as políticas públicas com abordagem igualitária sejam importantes, elas muitas vezes não são suficientes para superar as disparidades regionais profundas. É necessária uma abordagem diferenciada que leve em consideração as características individuais de cada micro região, promovendo um desenvolvimento mais equitativo e sustentável em todo o estado.

Assim, a nuvem de palavras organizada, visa esclarecer e resumir as principais palavras-chave das diretrizes estratégicas, visando condensar visualmente as principais ideias trazidas, facilitando a identificação das prioridades, focos estratégicos e conceitos-chave. Os principais termos presentes no PMDI são:

**Figura 1. Nuvem de Palavras dos principais termos presentes nas diretrizes estratégicas do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI), de 2019 a 2030**



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

#### **4. 2. Plano Estadual de Educação (PEE) de 2019 a 2027**

O Plano Estadual de Educação de Minas Gerais foi desenvolvido com base no Plano Nacional de Educação (PNE), com o propósito de estabelecer políticas públicas para aprimorar a educação em Minas Gerais. Esse planejamento tem como finalidade identificar “as principais prioridades, diretrizes, objetivos e metas básicas” em consonância com os objetivos e metas do PNE. Além disso, o PEE busca adaptar o planejamento nacional às necessidades estaduais e atender às demandas municipais, considerando as particularidades de cada localidade, a fim de garantir a eficácia da ação (SEE-MG, 2023).

O documento foi instituído em 2017, com a previsão de planejamento no período de 2018 até 2027, tratando um abrangente conjunto de diretrizes para aprimorar o cenário da educação mineira. Pelo PEE (2018), busca-se a universalização do direito a educação como um pilar fundamental, buscando assegurar que todos tenham acesso à educação, e que esta seja de qualidade. Paralelamente a isso, o plano busca enfatizar a importância da alfabetização como alicerce para o desenvolvimento educacional.

Quando se analisado no quesito qualidade, o PEE direciona seus esforços para impulsionar a melhoria contínua dos padrões educacionais. Esse objetivo é alcançado por meio do reconhecimento e valorização dos profissionais da educação, bem como pelo planejamento estratégico cujo objetivo é reduzir as disparidades educacionais. É importante salientar que a promoção da cidadania e a erradicação das formas de discriminação são pontos focais do programa, e são alcançados por meio da educação.

Visando alcançar uma demanda nacional, vinculada, inclusive, a outras alçadas da sociedade, além da educação, o PEE busca a formação para o trabalho e para a cidadania como destaque nas diretrizes que permeiam a funcionalidade do planejamento. A promoção do princípio da gestão democrática da educação pública reflete o compromisso com a participação ativa da comunidade nas decisões no âmbito educacional.

O PEE é composto por 18 metas, que são analisadas a partir da apuração anual de indicadores, monitorando os avanços da política educacional por suas estratégias e ações. De acordo com a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE-MG), 15 das 18 metas foram estruturadas a longo prazo, ou seja, devem ser cumpridas até o último ano de vigência do atual PEE, 2027. Ainda de acordo com a SEE, em seu site oficial, o estado de Minas atingiu

5 das 15 metas, 7 delas estão parcialmente atingidas e 6 metas ainda estão em previsão, ou seja, ainda sem progresso (SEE-MG, 2018).

Para cada uma das metas estabelecidas, o documento traz ações a serem desenvolvidas afim de alcançar o que foi almejado no planejamento, com revisões periódicas que vinculam a continuação, implementação e revisão da ação estatal, além de, cada meta ser vinculada a indicadores que são utilizados como referência para o monitoramento/acompanhamento dentro do período estabelecido.

As 18 metas do PEE são:

**Tabela 2. As dezoito metas do Plano Estadual de Educação (2019-2027) e o seu *status* de atividade**

METAS	STATUS
1 – Universalização da educação infantil na pré-escola para as crianças de quatro a cinco anos de idade e ampliação da oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de três anos até o final da vigência deste PEE.	PREVISTA
2 – Universalização do ensino fundamental de nove anos para a população de seis a quatorze anos, com a garantia de que, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) dos estudantes conclua essa etapa da educação na idade recomendada até o final do último ano de vigência deste PEE.	PARCIALMENTE ATINGIDA
3 – Universalização do atendimento escolar para toda a população de quinze a dezessete anos e elevação da taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento) até o final do período de vigência deste PEE.	PREVISTA
4 – Universalização do acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado para a população de quatro a dezessete anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo e de atendimento em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos estudantes, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.	PREVISTA
5 – Alfabetização das crianças até o final do terceiro ano do ensino fundamental, sem estabelecimento de terminalidade temporal para crianças com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento.	PREVISTA
6 – Oferta de educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender a, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos estudantes da educação básica.	PARCIALMENTE ATINGIDA

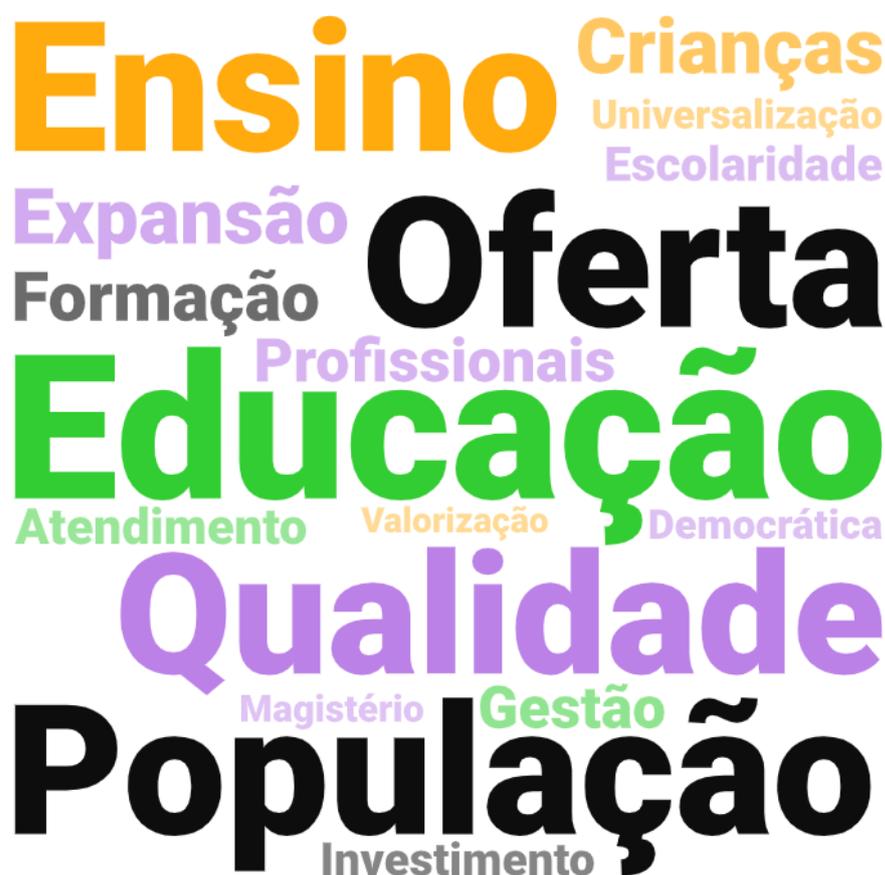
7 – Elevação da qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb.	PREVISTA
8 – Elevação da escolaridade média da população de dezoito a vinte e nove anos, de modo a alcançar, no mínimo, doze anos de estudo para as populações do campo, indígenas e quilombolas, para a população das regiões de menor escolaridade no Estado e para os 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, além da equiparação da escolaridade média entre negros e não negros declarados ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.	PARCIALMENTE ATINGIDA
9 – Elevação da taxa de alfabetização da população com quinze anos ou mais para 93,5% (noventa e três vírgula e cinco por cento) até o final de 2019, e, até o final da vigência deste PEE, universalização da alfabetização e redução da taxa de analfabetismo funcional em 50% (cinquenta por cento).	PARCIALMENTE ATINGIDA
10 – Oferta de, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de EJA nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.	PREVISTA
11 – Ampliação da educação profissional técnica de nível médio, triplicando o número de matrículas, asseguradas a qualidade da oferta e a expansão de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) desse atendimento no segmento público.	ATINGIDA
12 – Elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e da taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) na população de dezoito a vinte e quatro anos, assegurada a qualidade da oferta e a expansão de, no mínimo, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas no segmento público.	PARCIALMENTE ATINGIDA
13 – Elevação da qualidade da educação superior e ampliação da proporção de mestres e doutores em efetivo exercício no sistema estadual de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), entre os quais, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) deverão ser doutores.	ATINGIDA
14 – Ampliação do acesso à pós-graduação stricto sensu, de modo a elevar anualmente o número de mestres e doutores em 10% (dez por cento), corrigindo as desigualdades regionais.	PARCIALMENTE ATINGIDA
15 – Implementação, até o final do primeiro ano de vigência deste PEE, da política estadual de formação dos profissionais de educação de que tratam os incisos I a V do caput do art. 61 da Lei Federal nº 9.394, de 1996, em consonância com a política nacional de formação, viabilizando a formação específica de nível superior dos docentes da educação básica em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.	ATINGIDA
16 – Valorização dos profissionais de magistério da educação básica da rede estadual, buscando-se a diminuição da desigualdade entre o seu rendimento médio e o dos profissionais de outras áreas com categoria e escolaridade equivalentes, respeitada a Lei Federal nº Estratégia 1.738, de 16 de julho de 2008, que instituiu o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.	PARCIALMENTE ATINGIDA

17 – Efetivação da gestão democrática da educação no âmbito das redes públicas do Estado até o final do segundo ano da vigência deste PEE, prevendo-se os recursos e o apoio técnico necessários.	ATINGIDA
18 – Ampliação do investimento público estadual em educação, condicionada à definição e implementação dos padrões de qualidade do ensino em nível nacional, à aprovação das correspondentes fontes de recursos adicionais para financiamento da educação em nível federal e à disponibilidade orçamentária do Estado.	ATINGIDA

Fonte: Elaborado pela autora a partir do Painel de Monitoramento Plano Estadual de Educação (2023)

Para realizar uma análise pontual do planejamento, é fundamental separar os principais termos, permitindo identificar e destacar as palavras-chave que encapsulam as metas do PEE. Desta forma, na nuvem de palavras a seguir se encontram os principais termos presentes nas dezoito metas do PEE de Minas Gerais:

**Figura 2. Nuvem de Palavras dos principais termos presentes nos objetivos estratégicos do Plano Estadual de Educação de Minas Gerais (PEE-MG), de 2019-a 2027**



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

### **4.3 Mapa Estratégico da Secretária Estadual de Educação de Minas Gerais**

O Mapa Estratégico é um documento usado pela da Secretária Estadual de Educação de Minas Gerais no seu planejamento estratégico, constituído em 2022 com ações a serem desenvolvidas em consonância com as metas e estratégias estabelecidas no Plano Estadual de Educação. Desenvolvido para ser utilizado como um instrumento da ação estatal, o Mapa Estratégico foi feito a partir de uma análise das atividades executadas nos últimos anos, especificadamente, nos principais desafios encontrados em cada área.

A ferramenta apresenta, de forma clara, as prioridades da Secretária de Estado de Educação, reforçando os propósitos a serem alcançados, demonstrando de forma evidente a integração entre os projetos prioritários, ainda que, em diferentes escalas governamentais, garantindo que toda a rede esteja alinhada, desde o órgão central até as Superintendências Regionais de Ensino (SREs) e as escolas que fazem parte da rede estadual de educação.

Essa segunda, inclusive, orienta a revisão e elaboração dos planos de ação e dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP) de acordo com a dinâmica de cada escola, sendo guiados pelos objetivos estratégicos dos eixos propostos pelo Plano Estadual (SEE, 2023).

Norteados pelo planejamento do estado de Minas Gerais, a promoção deste instrumento de ações estratégicas segue a missão estabelecida pela educação do estado em “garantir acesso, permanência e aprendizagem dos estudantes”, tendo com visão de futuro, ter o estado de Minas Gerais como referência nacional na educação com qualidade e equidade, sendo guiados pelos valores que envolvem o “diálogo, ética e transparência, equidade, inovação, gestão” baseada em evidências e colaboração (SEE, 2023).

Segundo a SEE (2023) cada um dos objetivos estratégicos tem um foco específico, que são: a escola, estudante, professores, gestores, regionais e municípios, e aprendizagem contínua no sistema estadual de ensino. Os projetos prioritários são divididos em quatro eixos de gestão, sendo eles: Gestão pedagógica, gestão de rede, gestão de pessoas e gestão de infraestrutura. Estes, por sua vez, obedecem aos objetivos estratégicos pré-estabelecidos a serem alcançados pelo estado ao fim do prazo dos quatro anos.

**Tabela 3. Eixos de Gestão e distribuição dos Projetos Prioritários do Mapa Estratégico de Minas Gerais (2023)**

<b>GESTÃO PEDAGÓGICA</b>	<b>GESTÃO DE REDE</b>	<b>GESTÃO DE PESSOAS</b>	<b>GESTÃO DE INFRAESTRUTURA</b>
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Material de Apoio e fortalecimento da aprendizagem (MAPA)</li> <li>2. Gestão pela aprendizagem</li> <li>3. Educação integral</li> <li>4. Educação Profissional Trilhas de Futuro</li> <li>5. Gestão compartilhada</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Busca ativa</li> <li>2. Saúde na Escola</li> <li>3. Mãos Dadas</li> <li>4. Dimensionamento da demanda da rede</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Formação trilhas educadores</li> <li>2. Formação de Gestores</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Mãos à obra</li> <li>2. Informatização e tecnologia</li> </ol>

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

São seis objetivos estratégicos trazidos pelo Mapa: Tornar a escola mais atrativa e inclusiva, com a comunidade escolar atuante; Preparar os estudantes para o mercado de trabalho, alinhado ao seu projeto de vida; Ter profissionais motivados e atualizados quanto às demandas educacionais; implantar modelos inovadores de gestão escolar e ter lideranças motivadas e qualificadas; fortalecer o regime de colaboração entre estado e municípios; garantir a continuidade da aprendizagem para todos os níveis e etapas, da educação básica ao ensino superior (Mapa Estratégico, 2023).

**Figura 3. Nuvem de Palavras dos principais termos presentes nos objetivos estratégicos do Mapa Estratégico de Minas Gerais (2023)**



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

#### **4.4 Síntese dos planejamentos públicos para a educação mineira**

O processo de planejamento público é complexo e envolve diferentes etapas, incorporando metas e diretrizes estabelecidas por diferentes áreas e setores dentro da esfera pública. Entretanto, para que o planejamento seja eficaz, é crucial para que, os diferentes planejamentos corroborem para uma sinergia que direcione o estado para um mesmo objetivo, ou ainda, para ideias que se completem e que compactuem. A integração efetiva e a cooperação entre as instâncias são necessárias para que haja a progressão eficiente da máquina pública em direção aos objetivos predefinidos.

Quando se trata do eixo da educação, a complexidade é ainda maior, já que, é a Educação que é capaz de direcionar ou regredir não apenas indicadores relacionados ao sistema educativo,

mas também questões sociais, econômicas e até mesmo, populacionais. Além disso, a compartimentalização da educação, se não houver uma integração entre essas diferentes alçadas, pode fazer com que a falta de alinhamento, prejudique o estado. A interação colaborativa entre os diferentes setores não apenas facilita a implementação das políticas públicas, mas também contribui para a criação de estratégias mais abrangentes e alinhadas com as demandas e desafios contemporâneos. Nessa via, a educação mineira, com os três planejamentos aqui analisados (PMDI, PEE e Mapa Estratégico), foram analisados e após a separação dos principais termos presentes em cada um deles, observou-se diferentes perspectivas.

O PMDI, o planejamento que em hierarquia de escala governamental é o mais importante, pois agrega inclusive, outros eixos, é o que mais possui diversidade de enfoques, suprimindo uma demanda abrangente do sistema educacional, que caminha desde a formação e competências dos profissionais até a inclusão digital e articulação com o processo de formação com a articulação com o mercado. A presença de termos como "Educação Integral," "Inovações Digitais," e "Eficiência" sugere uma abordagem abrangente, que demonstra a visão dos documentos, que demonstra que as ações estatais estão buscando não apenas a quantidade, mas a qualidade do ensino.

A atenção especial a aspectos sociais, como "Saúde," "Proteção," e "Assistência Social", "Desigualdade", indica uma preocupação com o bem-estar dos alunos, contribuindo para um ambiente educacional mais completo, entretanto, esses termos são notadamente diminuídos, quando analisada a nuvem de palavras.. Quanto aos fatores relacionados ao processo de ensino e aprendizagem, a presença de termos relacionados a "inovações digitais", "acesso", "recursos", "aprimoramento" e "inclusão educacional" ressaltam a importância dada aos processos de inclusão de novas metodologias de ensino, modernização e adequação a realidade e demanda dos alunos.

O PEE traz uma abordagem voltada para a garantia de um sistema educacional abrangente, buscando a alta qualidade. A concentração dos termos voltados a determinados aspectos comuns, demonstram uma clareza de orientação sobre os aspectos fundamentais que nortearão a educação do estado. O planejamento ressalta a importância da oferta, universalização e valorização do ensino, indo em consonância com o PMDI e as suas diretrizes. A "oferta" evidencia a preocupação em assegurar a disponibilidade de acesso e permanência

dos estudantes no sistema de educação, abrangendo diferentes modalidades de ensino dadas as demandas da sociedade e do “Mercado de Trabalho”, termo que também aparece na análise com destaque. Essa ênfase demonstra a intenção de proporcionar um acesso equitativo a educação.

A “universalização” destaca o anseio em atingir todos os segmentos da população, sem deixar margem para disparidades no acesso a educação. A valorização dos profissionais busca reconhecer e valorizar os profissionais da educação não apenas motiva o desenvolvimento pessoal e profissional desses indivíduos, mas também impacta positivamente na qualidade do ensino oferecido, promovendo assim um ambiente educacional mais estimulante e eficaz. Já o destaque da “População” indica uma preocupação não apenas com o sistema educacional, mas com a comunidade em geral. Essa abordagem sugere uma visão holística, na qual o PEE busca atender às demandas educacionais da população em sua diversidade, considerando fatores demográficos, culturais e socioeconômicos.

Já o Mapa Estratégico, oferece uma visão mais específica dos objetivos do planejamento estadual, refletindo ações que devem ser tratadas e cumpridas a curto prazo. A ênfase nos termos “aprendizagem”, “qualificadas” e “motivadas” revelam a necessidade de um progresso contínuo entre estudantes e profissionais. A aplicação das estratégias que promovam métodos de ensino mais eficientes, com a participação ativa dos alunos e aquisição dos conhecimentos, além da importância de profissionais capacitados e motivados, reconhecimento que os professores são elementos chave para a melhora da educação. Unidos aos termos “inovadores”, “inclusivas” e “mercado de trabalho”, corroboram com a ideia de modernização da educação para adequar a demanda do processo educativo.

Em linhas gerais, a análise conjunta dos termos demonstra uma sinergia entre os planejamentos de forma hierárquica, caracterizando que a convergência entre os objetivos possui uma base comum, refletindo as preocupações essenciais a partir dos indicadores elencados para o desenvolvimento do planejamento. A partir da relação entre os termos dos planejamentos e o alinhamento entre eles, será feita a análise da compreensão do ensino de Geografia e o papel do professor para implementação do desenvolvimento planejado para a educação no estado de Minas Gerais.

#### **4.5 Ensino de Geografia como componente-chave para a promoção do planejamento do estado e o papel docente**

O planejamento público de um estado é desenvolvido a partir de análise de indicadores que visam melhora de situações diagnosticadas a curto e médio e longo prazo. A confiabilidade nesses instrumentos só é estabelecida quando a comunidade o constrói, junto à administração pública. A participação efetiva da sociedade na construção do planejamento público reflete os anseios da sociedade civil a partir das suas demandas, particularidades, e interesses, sem que haja uma homogeneização de uma sociedade que vive em cada região, macrorregião, ou microrregião realidades totalmente diversas, mas que, as caracterizam enquanto povo.

Entretanto, a participação cidadã por vezes é excluída do legislativo, executivo e judiciário. Ou ainda, existe uma participação mínima, por mera obrigação, que não corrobora para diminuir as desigualdades ou que tenha uma representatividade efetiva de uma sociedade plural. Esses impedimentos, entretanto, não refletem apenas a realidade dos instrumentos de planejamento público, uma vez que as ferramentas utilizadas para a implementação das suas diretrizes também são formuladas para com impactos diretos com a sociedade.

Sob essa via, a BNCC, “documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica” (Base Nacional Comum Curricular, 2018, p. 7), utilizado para a educação brasileira em sua esfera pública e privada, ressalta a distância do Estado e da população. Para isso a BNCC, juntamente com o desempenho do professor em sala de aula, pode desempenhar papel marcante para o desenvolvimento de políticas públicas e ações estatais, se posicionando como um instrumento para o estado, a partir da possibilidade de adequação e flexibilidade, se for o caso, da ideia de currículo e dos objetivos que podem ser alcançados. Como uma exigência para a educação brasileira pode auxiliar numa construção de avanços sociais, se não possui a comunidade como foco?

Albino e Araújo (2019, p. 244) afirmam que:

na análise documental em torno na BNCC, não pretende evidenciar verdades em torno de um ideal de currículo, ou currículo ideal, mas colocar em movimento o professo de hegemônica em torno do que seja “um bom currículo” ou um currículo democrático. A ideia que trazemos em torno do dilema existencial do clássico Hamlet, se faz no sentido de tomar ação ou se posicionar no processo de decisão curricular. Antecipamos que, nessa direção, as verdades anunciadas são mais

possibilidades, ante tantas anunciadas até então, para entender o movimento de proposição política em torno do currículo.

O papel do professor para a promoção do desenvolvimento estadual e progresso dos objetivos dos planejamentos é dificultado, antes mesmo da possibilidade da sua implementação. Os interesses conservadores e neoliberais – que aqui podem ser caracterizados como empresários “interessados nos novos rumos da educação” – ganham destaque na sua construção, inclusive, muito antes da elaboração da atual BNCC: “Complementa[m] a ação do governo, queimando, em defesa de seus próprios interesses econômicos, etapas do processo de otimização do ensino brasileiro.” (Oliveira; Castro, 1993, p. 6).

Assim, o que se esperava para a construção de um novo currículo no Brasil, destacou-se, no decorrer da história, não apenas pelo papel do professor para a sua construção, mas como os interesses de uma elite sobressaem a necessidade demandada pela educação. Nesta via, conforme Peroni *et al* (2019), a elaboração da BNCC, ressaltou esse histórico.

A proposta da terceira versão, diferente das anteriores, já excluía o Ensino Médio e trazia uma ruptura com a ideia de educação básica. O CNE promoveu uma audiência em cada uma das cinco regiões do Brasil de junho a setembro de 2017, da qual participaram entidades, professores e interessados. De setembro a dezembro de 2017, a base nacional comum curricular tramitou no CNE de forma não transparente e foi aprovada desconsiderando a construção já produzida pelas instituições educacionais comprometidas com a educação pública de qualidade social e sob forte resistência de três conselheiras, representantes de entidades nacionais, que votaram contra a BNCC, assim como diversas instituições e associações de docentes e pesquisadores manifestaram sua oposição a BNCC. A aprovação de uma política pública de forma antidemocrática, sem transparência e sem ampla discussão com a sociedade brasileira revela o modus operandi dos sujeitos individuais e coletivos que fazem parte, tanto de instituições consideradas públicas, quanto privadas (Peroni *et al*, 2019, p. 43, grifo nosso).

Compreendemos a partir das análises do planejamento público, que o PMDI, o PEE e o Mapa Estratégico de Minas Gerais ressaltam o papel do professor, não pela relevância dada por meio de instrumentos legais, mas sim, pela possibilidade que ele possui de promover atividades estatais. O PMDI estabelece diretrizes que buscam a valorização dos professores de Geografia. Existe a necessidade de investimentos, entretanto, para que esses profissionais se desenvolvam e possuam uma infraestrutura escolar, formação contínua e modernização para que sejam desenvolvidas em suas atuações em sala de aula.

A integração efetiva entre os professores, o ensino de Geografia e o planejamento do Estado, podem potencializar o impacto na formação dos estudantes, e conseqüentemente, no sistema educacional e desenvolvimento socioeconômico do estado de Minas Gerais. Isso

porque, o conhecimento geográfico é capaz de atingir transversalmente aspectos sociais, econômicos e ambientais dos planejamentos, indo além do eixo educacional.

Ao alinhar os conteúdos com as demandas trazidas pela educação, o professor contribui para formação de cidadãos mais conscientes e engajados com as questões locais. O PEE traça estratégias para a educação no Estado, e a Geografia pode ser capaz de integrar as especificidades da disciplina no contexto das políticas educacionais locais, promovendo a interdisciplinaridade e incentivando a pesquisa e análise crítica.

O Mapa Estratégico direciona as ações prioritárias do Estado, possibilitando a utilização de metodologias inovadoras e práticas pedagógicas alinhadas com as demandas, proporcionando não apenas uma educação de qualidade, mas preparando os estudantes para desafios futuros, mercado de trabalho, inovações e alinhado as necessidades presentes na sociedade, sem dispensar, inclusive, os indicadores analisados em cada tipo de planejamento do Estado. Para isso o currículo deve ser articulado para integração dos temas locais, regionais com os conteúdos curriculares.

A implementação dos planejamentos públicos a partir da BNCC apresenta a possibilidade de explorar habilidades propostas no currículo em contribuição às áreas estratégicas presentes nos eixos ressaltados pelos termos citados anteriormente. No que se refere ao ensino e à qualidade, as habilidades presentes na BNCC que envolvem compreender as dinâmicas socioespaciais, considerando as relações entre sociedade e espaço, proporciona o desenvolvimento de métodos de ensino mais contextualizados. Essa abordagem visa promover uma aprendizagem mais significativa, conectando os conteúdos geográficos à realidade local, e, assim, contribuir para a elevação da qualidade educacional.

O que se observa, primeiramente, é a necessidade de propiciar avanços na ampliação do conhecimento e diminuição do analfabetismo. Esse quesito pode ser trabalhado pela Geografia com a interdisciplinaridade não apenas com a escrita, mas com disciplinas como matemática, ciências, biologia e química. Essa possibilidade cria no aluno um cenário de maior interesse com a diversificação das formas de ensino e contato com diferentes perspectivas, explorando a leitura, escrita e metodologias ativas de ensino.

Ao se tratar de trabalho e competências, a análise de diferentes formas de organização do trabalho e suas relações com o espaço geográfico pode orientar políticas públicas

direcionadas ao emprego e formação profissional, alinhando inclusive a demandas levantadas pelo planejamento relacionadas com o mercado de trabalho local com habilidades desenvolvidas pelos estudantes ao longo de sua formação.

O planejamento público demonstra a necessidade de inovação, e modernização. As habilidades da BNCC que envolvem a compreensão de escalas geográficas podem contribuir para a inclusão de novas tecnologias, formação contínua e expansão do conhecimento. A utilização de tecnologias digitais para análise e representação do espaço geográfico é presente nas habilidades que envolvem a educação integral e inovações digitais, integrando novos instrumentos e metodologias no ensino, proporcionando uma educação alinhada às demandas tecnológicas contemporâneas para os alunos.

Isso pode corroborar para possibilitar conhecimento e análise crítica sobre a distribuição espacial dos serviços públicos, corroborando para a equidade não apenas no acesso a educação, mas saúde, infância, proteção, termos esses destacados nas análises de planejamentos mineiros. Isso poderá auxiliar na redução de desigualdades regionais, garantindo informação que possibilitará acesso equitativo a serviços essenciais.

A análise das condições de vida da juventude e a promoção da colaboração entre diferentes setores, no âmbito de juventude, parceria, colaboração e prevenção, embasam ações preventivas e colaborativas para abordar desafios específicos enfrentados pela juventude em diferentes regiões de Minas Gerais. A relação do ensino de Geografia, conciliado com a acessibilidade a serviços públicos no contexto de políticas, escolha, evasão, crianças, família, acesso, conversam transversalmente com diversas habilidades da BNCC. A crítica, de forma estratégica, pode auxiliar a reduzir a evasão escolar, otimizar a distribuição de recursos, considerando a especificidade geográfica de cada localidade.

A BNCC propõe, em diversos momentos, buscar por meio da Geografia, pensar na solução de desafios socioespaciais relacionados a diferentes eixos. Considerando o planejamento público, ao elencar a eficiência e promoção de oportunidades, aprimoramento, assistência social, o ensino geográfico pode ser capaz de direcionar o saber para o desenvolvimento socioeconômico de forma equitativa, com a garantia de oportunidades educacionais, promovendo ainda a participação democrática, inclusão educacional, lideranças, comunidade, envolvendo a promoção da inclusão e desenvolvimento de lideranças.

Em linhas gerais, levando em consideração as diferentes competências, unidades temáticas e habilidades da BNCC, com grande abrangência, é possível com o professor como instrumento em sala de aula, propiciar na promoção do desenvolvimento do Estado. Os termos citados no planejamento podem ser inclusos em temáticas relacionadas no currículo em sala de aula, podendo guiar a expansão da oferta educacional, a valorização dos profissionais, a gestão democrática das escolas e o adequado investimento na formação e infraestrutura educacional.

Este por último, entretanto, depende não apenas da elaboração de planejamentos públicos, ou da ação do professor em sala de aula, mas, principalmente, da ação estatal. Para que haja uma sinergia adequada entre alunos, professores e a disciplina de Geografia, é essencial que o governo promova o desenvolvimento necessário por meio de revisão, estímulo e implementação de ações. É fundamental que o Estado forneça recursos, apoio, participação efetiva, bem como atualizações regulares aos planos públicos para garantir que o progresso seja alcançado.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os desafios encontrados pela Educação sobressaem os indicadores analisados para a construção e elaboração dos planejamentos públicos. A realidade em sala de aula, e a vivência de cada aluno frente às particularidades de cada lugar, revelam a importância do papel do professor. Entretanto, não se pode anular a importância desses instrumentos que visam à organização das ações estatais para o alcance de metas.

A análise aqui feita reitera que os indicadores levam o Estado a associar suas ações em melhoras que são de extrema importância para o desenvolvimento do sistema educacional, que transpassam para desafios que emergem desde questões relacionadas ao analfabetismo até evasão escolar e necessidade de desenvolvimento e aprimoramento de metodologias e modernização do ensino. Os termos, aqui aglutinados a partir das nuvens de palavras, demonstram a diversidade de aspectos que necessitam de atenção.

O PMDI, o planejamento mais abrangente, considera diversos eixos da sociedade, e as habilidades propostas pela BNCC podem ter um grande destaque, especialmente para abordar dinâmicas socioespaciais e as relações entre sociedade e espaço. A Geografia, assim, se apresenta como uma ferramenta que pode ser essencial para analisar e compreender as particularidades geográficas de cada local, conciliado com o papel do professor em sala de aula, guiando cada aula a partir das demandas ressaltadas. Isso garante como as estratégias propostas em sala de aula, a partir da manipulação do currículo, estejam alinhadas com a realidade.

No PEE, a definição das metas e estratégias ressaltam o compromisso com a educação e a melhora de todo o sistema, com, inclusive, ações a serem formuladas para tal. A BNCC tem papel importante, pois a partir das suas proposições estruturais, com a presença de diversas habilidades distribuídas durante todo processo formativo dos alunos, possibilitando a proposição de assuntos relacionados ao uso de tecnologias, utilização de novas metodologias de ensino, representação do espaço geográfico e suas críticas, sugerindo a importância de uma educação alinhada ao desenvolvimento da educação, sendo crucial para garantia efetiva dessas práticas no cotidiano escolar e social.

O Mapa Estratégico direciona as ações prioritárias para a educação, oferecendo uma orientação no desenvolvimento das áreas prioritárias e básicas, demonstrando a importância

de termos essenciais e demandas sociais como acesso, equidade, eficiência, inclusão social e educacional, além da demanda trazida nos três planejamentos, relacionando-se a questão de alfabetização e diversificação do conhecimento, onde, mais uma vez, a Geografia desempenha um papel crucial ao contextualizar suas ações, discutir e utilizar o seu ensino como instrumento de avanço.

A análise crítica desses instrumentos, sejam eles voltados ou não para a educação, consiste em um acompanhamento voltado na participação e compreensão, para que os planos estratégicos, que são, por natureza, dinâmicos, guiados pela evolução de acordo com as mudanças sociais, econômicas, ambientais. A participação efetiva da sociedade, dos educadores e dos especialistas asseguram que as políticas públicas estejam em sintonia com as demandas reais da população e os desafios de cada região.

Por fim, a Geografia, o ensino, e o professor, reiteram a sua emergência como valiosos para que, quando desenvolvidos para suprir a demanda social, promovam o planejamento público em prol do desenvolvimento social, aqui, no eixo da educação. A capacidade geográfica de corroborar nas dinâmicas sociais, socioambientais e suas relações, no ensino transversal, e na crítica, somam-se aos planejamentos. O ensino de Geografia, aliados a BNCC, se tornam uma ponte entre a escola e o Estado, os preparando, inclusive, para compreender e contribuir atividade em uma sociedade democrática, demonstrando uma Geografia que pode ser vital para uma sociedade e educação integrada, participativa e democrática, mapeando o futuro, em direção à educação que cada aluno merece.

## REFERÊNCIAS

- ALVES ALBINO, ÂNGELA C.; ALVES DE ARAÚJO, R. P. **Ser ou não ser um currículo? Contestações em torno da definição (anti)democrática da base nacional comum curricular.** *Linguagens, Educação e Sociedade*, [S. l.], n. 41, p. 243-272, 2019. DOI: 10.26694/les.v0i41.8749. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/lingedusoc/article/view/1123>. Acesso em: 11 nov. 2023.
- AMORIM FILHO, O. B. **A pluralidade da Geografia e as Abordagens Humanistas/Culturais.** *Caderno de Geografia*, v.16, n.26, p.35-58, 2006. Disponível em: [http://bib.pucminas.br/arquivos/350000/351600/25\\_351611.htm](http://bib.pucminas.br/arquivos/350000/351600/25_351611.htm). Acesso em: 06/05/2023.
- ARAÚJO JUNIOR, João Marcello de. Os grandes movimentos da política criminal de nosso tempo: aspectos. In: (Org.) **Sistema penal para o Terceiro Milênio: (atos do Colóquio Marc Ancel)**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 1991. p.65-79.
- AZEVEDO, F. **A Cultura Brasileira**, 3a. Edição, Tomo III. São Paulo, Editora Melhoramentos, 1953.
- Base Nacional Comum Curricular.** Brasil, 2018. Disponível em <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 07/05/2023.
- BEISIEGEL, C. **Educação e Sociedade no Brasil após 30.** In: HOLANDA, S. B. (Dir.) *O Brasil Republicano: economia e cultura*.
- CAMPELO, Graham Stephan Bentzen. **Administração pública no Brasil: ciclos entre patrimonialismo, burocracia e gerencialismo, uma simbiose de modelos.** *Ciência & Trópico*, [S. l.], v. 34, n. 2, 2013. Disponível em: <https://fundaj.emnuvens.com.br/CIC/article/view/871>. Acesso em: 07/05/2023.
- CAPOBIANGO, R. P.; et. al. **A. Reformas Administrativas no Brasil: Uma abordagem teórica e crítica.** In: Encontro de Administração Pública e Governança, 6, 2010, Vitória. *Anais...*, Vitória: EnAPG, 2010.
- CASTRO, Jorge Abrahão de. **Evolução e desigualdade na educação brasileira.** *Educação & Sociedade*, v. 30, n. 108, p. 673–697, out. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302009000300003>. Acesso em: 18/05/2023.
- CATANI, Afrânio M. O ensino superior no Brasil: perspectivas. In: KUPSTAS, Márcia (Org.). *Educação em debate*. São Paulo: Moderna, 1998. p. 121-141.
- CERVO, Amando Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6.ed. São Paulo: Pearson Hall, 2007.
- COSTA, F. L. História das reformas administrativas no Brasil: narrativas, teorizações e representações. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 59, n. 3, p. 271-288, 2008.
- FERNANDES, Florestan. **Análise e crítica do Projeto de lei sobre Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** In: BARROS, Roque Spencer Maciel (Org.). *Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1960. p. 217 - 306.
- FLEURY, N. **A qualificação do modelo “linha de frente-retaguarda” e sua adaptabilidade às características da administração judiciária.** In: A. Cunha; P. Motta. *A reforma do Poder Judiciário no estado do Rio de Janeiro/Fundação Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.

- FONSECA, João José. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e ousadia: o cotidiano do professor**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. CIAVATTA, Maria. **Educação Básica no Brasil na Década de 1990: Subordinação Ativa e Consentida à Lógica do Mercado**. São Paulo: Unicamp, 2003.
- GAETANI, F. **Public management constitutional reforms in modern, Brazil 1930-1998**. 2005. Tese (Doutorado) — London School of Economics and Political Science, University of London, London
- GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 1993.
- HOLLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias: 2017**-Rio de Janeiro: IBGE, 2017.
- KAYSER, B. **Les types de régions au Brésil**. *Revue Tiers Monde*, Paris, v. 13, n. 51, p. 83, 1971.
- KLERING, L. R.; PORSE, M. C. S.; GUADAGNIN, L. A. **Novos caminhos da Administração Pública Brasileira**. *Análise*, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 4-17, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/iberoamericana/management/settings/> <https://www.scimagojr.com/index.php/face/article/view/8231>. Acesso em: 30/04/2023.
- LACOSTE, Y. **A Geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Campinas: Papirus, 1989.
- MAGALHÃES, V. L. S. **Crise e Reforma do Estado**. Dissertação. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2001.
- MAPA ESTRATÉGICO**. Secretária de Educação de Minas Gerais. Disponível em: <https://www.educacao.mg.gov.br/conheca-o-novo-mapa-estrategico-da-see-mg/>. Acesso em: 10/11/2023.
- MARE (Ministério de Administração e Reforma do Estado). **Plano Diretor da Reforma Administrativa do Aparelho do Estado**. Brasília: Mare, 1995.
- MARQUES, Marcelo. **Administração Pública: uma abordagem prática**. Rio de Janeiro: Ferreira, 2008.
- MINAS GERAIS, Constituição, 1989. **Constituição do Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Assembléia Legislativa, 1989.
- MINAS GERAIS. Lei n. 21.968, de 14 de janeiro de 2016. **Institui o Plano Plurianual de Ação Governamental para o quadriênio 2016-2019 – PPAG – PPAG 2016-2019**. Minas Gerais, Belo Horizonte, 14 jan.2016.
- MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão. **Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI) 2016-2027**. Belo Horizonte, 2016.

MONTALVÃO, Sérgio. **Educação na ordem constitucional brasileira: da monarquia à república.** Revista Contemporânea de Educação, n. 11, janeiro/julho de 2011. Disponível em: [http://www.fe.ufrj.br/artigos/n11/educacao\\_monarquia\\_republica.pdf](http://www.fe.ufrj.br/artigos/n11/educacao_monarquia_republica.pdf) Acesso em: 12. fev. 2018.

OLIVEIRA, J. B. A.; CASTRO, C. de M. (Org.). **Ensino fundamental e competitividade empresarial: uma proposta para ação de governo.** 1. ed. São Paulo: Instituto Herbert Levy, 1993.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo.** São Paulo: Brasiliense, 1979.

**PRINCIPIOS INSTITUCIONAIS.** Secretária de Educação de Minas Gerais. Disponível em: <https://www.educacao.mg.gov.br/a-secretaria/principios-institucionais>. Acesso em: 10/11/2023.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **História da educação escolar no Brasil: notas para uma reflexão.** Paidéia. Ribeirão Preto, 1993, n. 4, p. 15-30. Epub: 26/04/2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-863X1993000100003>. Acesso em: 12/05/2023.

ROSSI, Ednéia Regina; RODRIGUES, Elaine; NEVES, Fátima Maria (org.). **Fundamentos Históricos da Educação no Brasil.** Maringá: EDUEM, 2009. Disponível em: <http://www.ead.cesumar.br/moodle2009/lib/ead/arquivosApostilas/1053.pdf>. Acesso em: 08/11/2023.

SANTOS, Maria Gabriela Amarante; ALVIM, Ana Márcia Moreira Alvim. Comparação entre as regionalizações de 1990 e 2017 do IBGE Minas Gerais: breves discussões. **Geografia em Atos (Online)**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 200–224, 2022. DOI: 10.35416/geoatos.2022.9084. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaematos/article/view/9084>. Acesso em: 06/05/2023.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** Rio de Janeiro: Record, 2008.

SILVA, G.; AMORIM, S. S.. **Apontamentos sobre a educação no Brasil Colonial (1549-1759).** Interações, Campo Grande, v. 18, n. 4, p. 185–196, out. 2017.